

PLANO DIOCESANO

DA AÇÃO

EVANGELIZADORA

2009 – 2011

Secretariado Diocesano de Pastoral
Av. Sete de Setembro, 1251 – Caixa Postal, 795
Fone/fax: (54)3522-3611
Site: www.diocesedeerexim.org.br
pastoral@diocesedeerexim.org.br
99700-000 – Erechim - RS

LISTA DE SIGLAS

- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM – Conferência Episcopal Latino-Americana
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- DAP – Documento de Aparecida
- DGAE – Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil
- DNC – Diretório Nacional de Catequese
- DV – Dei Verbum
- EN – Evangelii Nuntiandi
- FC – Familiaris Consortio
- LG – Lumen Gentium
- PPC – Plano de Pastoral de Conjunto
- RM – Redemptoris Missio
- SC – Sacrosanctum Concilium

PLANO DIOCESANO DA AÇÃO EVANGELIZADORA 2009 - 2011

METAS	SETORES/MOVIMENTOS ORGANISMOS
1. CATEQUÊSE	SETOR DE CATEQUÊSE
2. LITURGIA	SETOR DE LITURGIA CANTO LITÚRGICO RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA (RCC) APOSTOLADO DA ORAÇÃO
1. VOCAÇÃO E MISSÃO	PASTORAL VOCACIONAL ANIMAÇÃO MISSIONÁRIA CONSELHO MISSIONÁRIO DIOCESANO (COMIDI) INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA MISSIONÁRIA SEMINÁRIOS E CASAS DE FORMAÇÃO
4. PASTORAIS SOCIAIS	CÁRITAS PASTORAL DA CRIANÇA PASTORAL DA SOBRIEDADE PASTORAL RURAL PASTORAL DA SAÚDE PASTORAL INDIGENISTA VICENTINOS PASTORAL CARCERÁRIA PASTORAL DST/AIDS PASTORAL DA PESSOA IDOSA COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) PASTORAL DOS SURDOS
5. FAMÍLIA	PASTORAL FAMILIAR MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO (MFC) ENCONTRO DE CASAS COM CRISTO (ECC) MOVIMENTO DE CURSILHOS DE CRISTANDADE (MCC)
6. EDUCAÇÃO	ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR PASTORAL DA EDUCAÇÃO PASTORAL UNIVERSITÁRIA
7. JUVENTUDE	PASTORAL DA JUVENTUDE CURSILHO DE JOVENS JUVENTUDE FRANCISCANA (JUFRA)
8. COMUNICAÇÃO	PASTORAL DA COMUNICAÇÃO
QUATRO PROJETOS	FORMAÇÃO PASTORAL DO DÍZIMO SOLIDARIEDADE MISSIONÁRIA RECANTO REVIVER: CENTRO DE RECUPERAÇÃO

11º PLANO DIOCESANO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

SUMÁRIO

LISTA DAS SIGLAS

APRESENTAÇÃO

OBJETIVO

PARTE I – DESCRIÇÃO DA REALIDADE

PARTE II – PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA A AÇÃO EVANGELIZADORA

PARTE III – ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

PARTE IV – PISTAS DE AÇÃO

1. METAS

- 1.1. Catequese
- 1.2. Liturgia
- 1.3. Vocação e Missão
- 1.4. Pastorais Sociais
- 1.5. Família
- 1.6. Educação
- 1.7. Juventude
- 1.8. Comunicação

2. PROJETOS

- 2.1. Formação
- 2.2. Pastoral do Dízimo
- 2.3. Solidariedade Missionária
- 2.4. Reviver: Centro de Recuperação

PARTE V – AVALIAÇÃO DO PLANO

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

No início do terceiro milênio da nossa história cristã, vivemos não apenas uma época de mudanças, mas uma mudança de época (DAp 44). Neste contexto cheio de desafios imprevisíveis, a Diocese de Erechim realizou, nos dias 14 e 15 de novembro de 2008, sua 11ª Assembleia Diocesana da Ação Evangelizadora.

À luz do Documento de Aparecida e das novas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (CNBB 2008-2010), e tendo presente os desafios apresentados pelos nossos diocesanos através das Assembleias paroquiais, elaboramos o novo Objetivo Diocesano, delineamos oito metas e assumimos quatro projetos em âmbito diocesano. Agora, na execução, o importante é a unidade na diversidade de dons (cf. Rm 12,3-9).

Que o Espírito Santo nos ilumine para percebermos os novos desafios pastorais e missionários de nossa época e de nossa Diocese e nos guie para dar-lhes os devidos encaminhamentos na ação evangelizadora.

Que São José, padroeiro da Diocese, juntamente com Nossa Senhora de Fátima, intercedam as bênçãos da Trindade Santa sobre os nossos trabalhos eclesiais, para promover a dignidade de cada pessoa, revitalizar as nossas comunidades e construir uma sociedade com segurança e com paz para todos.

Erechim, 19 de março de 2009.
Festa de São José – Padroeiro da Diocese

Dom Girônimo Zanandréa
Bispo Diocesano

Objetivo Geral

Evangelizar

a partir do encontro com Jesus Cristo
e em estado permanente de missão,

“para que todos tenham vida”

(Jo 10,10).

PARTE I

A REALIDADE QUE NOS INTERPELA

1. Um olhar de gratidão a Deus

Num primeiro olhar, somos convidados a contemplar e a constatar as realidades belas sobre a presença do Evangelho e da Igreja em nossa Região. Por isso, nossa gratidão a Deus:

- pelos imigrantes que trouxeram o Evangelho, a fé, o amor à Igreja e à família, o espírito de oração e a vida comunitária em nossa região. Vale para nós o que diz o Documento de Aparecida sobre a América Latina “As maiores riquezas de nossos povos são a fé no Deus amor e a tradição católica na vida e na cultura..., o amor ao Senhor presente na Eucaristia..., a profunda devoção à Santíssima Virgem..., a caridade...” (DAp 7).
- pelas Romarias, pelas festas dos padroeiros e das padroeiras, pela devoção popular;
- pela diversidade cultural em nossa região: presença de descendentes italianos, poloneses, alemães, judeus, negros, índios e outros;
- pelas pequenas comunidades, talvez o segundo maior patrimônio da sociedade regional, só perdendo pela Família;
- pelos milhares de lideranças eclesiais em nossas comunidades: bispo, padres, diáconos, religiosos(as), catequistas, liturgistas, animadores, zeladores, ministros(as)...
- pelos trabalhos desenvolvidos pelas diferentes pastorais...
- pelo patrimônio de nossas comunidades: Igrejas, salões comunitários, cemitérios, escolas, praças de esportes...
- pela pujança de nossa natureza: matas, águas, terras...
- pela fertilidade de nossas terras nas quais, praticamente, em tudo, “em se plantando dá”.
- pela presença de tantos idosos, verdadeiros guardiães de nossa história.
- por nossa região ser o berço de tantos movimentos sociais populares que estão na base das grandes lutas pela conquista de direitos fundamentais e pelas transformações acontecidas no Brasil nos últimos anos.
- por nossa região ter sido um verdadeiro celeiro de vocações sacerdotais, religiosas e leigas;
- por tantas conquistas sociais...
- pelos primeiros sacerdotes e religiosos que desenvolveram sua ação evangelizadora em nossa região. São tantos, podemos lembrar...
- por nossa região se caracterizar pela Agricultura Familiar de onde vêm 70% do alimento de nossas mesas.

E, assim, poderíamos continuar a ladainha de tantas coisas bonitas que fazem parte da história de nossa região diocesana.

2. Um olhar de perplexidade

Vivemos uma época marcada por grandes mudanças que causam perplexidade. Mudanças essas que se caracterizam pelas suas complexidades e que atingem todos os setores da vida; por sua rapidez – numa velocidade impressionante nunca vista antes – e pela sua profundidade atingem a essência de todas as coisas. Como diz o Documento de Aparecida, “vivemos uma mudança de época”, e seu nível mais profundo é o cultural (44).

Vivemos não mais uma época de mudanças, mas uma mudança de época. Não é apenas um jogo de palavras. É, sim, o surgimento de uma nova civilização que tem como base os bens, o ter, o fazer, o agir, a ação, a tecnologia em detrimento dos valores e do ser.

Os BENS aparecem como fator gerador de tudo, estamos saindo de um modelo ou de um sistema de sociedade e entrando em outro; estamos no tempo da passagem de um para outro sistema. De fato, já não estamos em épocas de mudanças acidentais ou graduais dentro do mesmo modelo ou sistema social, mas de mudanças substanciais e essenciais, que caracterizam outro modelo ou outro sistema de sociedade.

Hoje, no mundo inteiro, o motor da história, o fator gerador de outra civilização, o eixo articulador da organização social são os bens: não mais ‘o bem’, mas ‘os bens’. A preocupação central da sociedade estabelecida, oficial e pública, não é mais ‘o bem ou o mal’, mas os bens econômico-financeiros. Sua ética não é mais a do ‘bem’, mas a dos ‘bens’. Em outros termos, passamos de uma cultura de valores para uma cultura de bens; de uma civilização de valores para uma civilização de bens.

Segundo Dom Ângelo Salvador, “os bens são constituídos fator gerador, fator determinante e caráter dominante da estrutura interna de todo o sistema de organização social, enquanto os valores são confinados à condição de caráter recessivo. Os ‘bens’ são assuntos ‘maiores’, enquanto os ‘valores’ são assuntos ‘menores’. Os ‘bens’ são assunto público; o ‘bem’ é assunto privado”. Passamos do “Modo Ser de Existência” (em que o destaque era dado aos valores, àquilo que era perene, cujos protagonistas eram os pais, os professores, os padres) para o “Modo Ter de Existência” (em que o destaque é dado ao fazer, ao produzir, ao vender e ao consumir, sendo protagonistas os poderosos, os poderes e os sistemas formadores de opinião).

Aparecida diz: “A novidade destas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm um alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro. Habitualmente, elas são caracterizadas como o fenômeno da globalização. Um fator determinante destas mudanças é a ciência e a tecnologia, com sua capacidade de manipular geneticamente a própria vida dos seres vivos e com sua capacidade de criar uma rede de comunicações de alcance mundial, tanto pública quanto [sic] privada, para interagir em tempo real, ou seja, com simultaneidade, não obstante as distâncias geográficas. Como se costuma dizer, a história se acelerou e as próprias mudanças se tornam vertiginosas, visto que se comunica com grande velocidade a todos os cantos do planeta (34).

Estamos no coração do Neoliberalismo. O acento hegemônico está no econômico, no ter. Alma do neoliberalismo está na lei do mercado. “Fora do mercado não há salvação”, e no lucro. Lucro gera mais lucro. “A finalidade do lucro é lucro” (Michel Albert).

Aparecida constata que, “conduzida por uma tendência que privilegia o lucro e estimula a concorrência, a globalização segue uma dinâmica de concentração de poder e de riqueza em mãos de poucos” (62).

O neoliberalismo é regido pelo princípio da competitividade, uma guerra na qual vence o mais competente, o mais forte e o mais capaz. “Fora da competição não há salvação”.

Tudo é reduzido à mercadoria tanto a pessoa quanto os bens básicos como a saúde, a educação, a água, o lazer...

A pessoa passa a valer por aquilo que ela possui, não por aquilo que ela é. “A diferença entre ter e ser... é uma diferença entre uma sociedade centrada em torno de pessoas e outra centrada em torno de coisas” (Eric Fromm).

Assim, o neoliberalismo, pautado pelos valores da competitividade, do consumismo materialista, do individualismo e da insensibilidade, “o fator maior na conjuntura atual do mundo é certamente o império pavoroso da lógica da exclusão e a crescente insensibilidade de muitíssimos em relação a ela” (Hugo Assmann). Nesta lógica, não tem lugar para a Ética, a Solidariedade, os laços comunitários, a Compaixão e a Sensibilidade.

Esta realidade capitalista neoliberal tem produzido muitos excluídos que o Documento de Aparecida caracteriza assim: “A globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos pobres. Com especial atenção e em continuidade com as Conferências Gerais anteriores, fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e seqüestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, da pornografia e da violência ou do trabalho infantil, as mulheres maltratadas, vítimas da violência, da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, as pessoas com capacidades diferentes, os grandes grupos de desempregados(as), os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e os afro-americanos, os agricultores sem terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar estas pessoas excluídas nas esferas” (402).

As DGAE falam de antigas e de novas pobreza: “tais como moradores de rua, migrantes, enfermos, dependentes de substâncias químicas e detidos em prisões, mulheres excluídas por questões de gênero, etnia e situação sócio-econômica; crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Não se trata simplesmente de pobreza, mas de algo novo: da exclusão social. Os novos pobres, hoje, não são somente ‘explorados’, mas ‘supérfluos’ e ‘descartáveis’” (25).

As DGAE lembram a realidade do desemprego: “desemprego estrutural... O fenômeno do desemprego estrutural é particularmente grave, pela amplitude que alcançou e porque atinge muito diretamente a vida e a dignidade de milhões de pessoas, a começar pelos jovens” (26). O Documento de Aparecida lembra também o “recrudescimento da corrupção na sociedade e no Estado” (77).

As DGAE não esquecem o crescimento da violência que banaliza a vida, manifestada em roubos, em assaltos, em seqüestros e em assassinatos. A violência se reveste de várias formas e tem diversos agentes: o crime organizado e o narcotráfico, os grupos paramilitares, a violência generalizada – tanto na periferia das grandes cidades quanto no campo – violência de grupos juvenis e a crescente violência intra-familiar.

3. Um olhar sobre a situação religiosa

Em termos de vivência religiosa, a realidade de hoje se caracteriza pela “*inversão de sentido da experiência religiosa*”. A religião deixa de ser pensada e vivida como uma forma de reconhecimento, de adoração e de entrega ao Criador, de obediência na fé, de serviço a Deus. Torna-se busca de *utilidade para o indivíduo*, seja ela como sentido para a vida, para a paz interior, para terapia ou como cura de males, de sucesso na vida e nos negócios, conforme prometido pela assim chamada ‘teologia da prosperidade’. Dessa forma, a religião, longe de desaparecer, é intensa e difusamente procurada, inclusive na *mídia*, como não se via há anos. *mídia* pode banalizar a religião” (DGAE 2003-2006 55 e DGAE 2008-2010 39).

Daqui, certamente, decorrem as principais características da vivência religiosa hoje, tais como o subjetivismo religioso; o trânsito religioso; a mistura religiosa – “mosaico religioso” e a vivência de uma religião invisível. Com isso, as comunidades tradicionais veem-se enfraquecidas.

Vale o n. 38 das DGAE: “Vemos que a mentalidade individualista alastrou-se também no campo religioso. O indivíduo, sempre mais, escolhe sua religião num contexto pluralista. Mesmo aderindo a uma tradição ou a uma instituição religiosa, tende a escolher crenças, ritos e normas que lhe agradam subjetivamente ou se refugia numa adesão parcial, com fraco sentido de pertença institucional. Ou, ainda, procura construir – numa espécie de mosaico – sua religião pessoal com fragmentos de doutrinas e de práticas de várias religiões. Finalmente, aumenta o número dos que recusam a adesão a qualquer instituição religiosa e considera suas convicções uma ‘religião invisível’ com pouca ou com nenhuma prática exterior. Cresce também a atração por práticas esotéricas, baseadas em falsas doutrinas, afetando a fé cristã”.

O fenômeno da fragmentação dos referenciais de sentido e da relativização dos valores, gerando critérios parciais e múltiplos na consideração das realidades da vida, gera uma crise de sentido, levando as pessoas a sentirem-se frustradas, ansiosas e angustiadas pela dificuldade de poder influir nos acontecimentos (DGAE 15).

É neste contexto que o Documento de Aparecida fala em Discipulado e em Missionariedade; em conversão pastoral e em conversão pessoal; em conversão das estruturas e em ir ao encontro do outro.

4. Grande desafio

A atual crise econômica, com proporções que ainda são uma incógnita, denuncia o atual modelo capitalista como insustentável. Os seus resultados perversos estão presentes também em nossa região. O ponto alto dessa crise situa-se, talvez, na falência do sistema cooperativo tradicional.

Esta crise se apresenta como uma oportunidade para repensarmos uma nova sociedade centrada na pessoa e nos valores evangélicos da justiça, da solidariedade, da misericórdia e da compaixão. A Igreja e a Diocese têm muito a contribuir para a construção desta nova sociedade.

PARTE II

PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DO PLANO DIOCESANO

Periodicamente, cada Igreja Particular ou Diocese é desafiada a avaliar e a projetar sua ação evangelizadora. Para isto, é indispensável perguntar-se:

a) Como se apresenta a realidade em que a evangelização deve ser realizada? (É a visão da realidade).

b) Que anúncio deve ser feito hoje? (Discernir os apelos do Espírito, intuir o que Cristo faria, estar em sintonia com as propostas da Igreja em nível universal, latino-americano, nacional, regional).

c) Este anúncio:

- deve ser organizado – plano diocesano da ação evangelizadora.

- deve ser feito a todos, com evangélica opção preferencial pelos pobres;

- deve despertar a resposta da fé, a alegre e decidida adesão a Cristo, na integração na comunidade dos seus discípulos missionários.

1. Evangelizar, o que é?

Evangelizar é o anúncio da boa nova da salvação; proclamação do Reino. A natureza e a razão de ser da Igreja é a evangelização, a exemplo de Cristo, que veio anunciar a boa nova da salvação a todos.

Para São Paulo, a evangelização causava inquietação: Ai de mim se não evangelizar (1Cor 9,16).

Sentimo-nos inquietos pela evangelização? Somos entusiastas ardorosos do evangelho ou meros funcionários de uma instituição? Conseguimos entusiasmar outros pelo Reino? Por quê? Deixamo-nos evangelizar para tornar-nos discípulos e, por isso, missionários?

Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e para ensinar, para ser o canal do dom da graça, para reconciliar os pecadores com Deus e para perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e da sua gloriosa ressurreição.

A Igreja nasce da ação evangelizadora de Jesus e dos doze. Nascida da missão, pois a Igreja é – por sua vez – enviada por Jesus e fica no mundo quando o Senhor da glória volta para o Pai. Ela fica aí como um sinal – a um tempo opaco e luminoso – de uma nova presença de Jesus, sacramento da sua partida e da sua permanência.

Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir, sem cessar, aquilo em que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor.

A Igreja é depositária da Boa Nova que há de ser anunciada. Enviada e evangelizadora, a Igreja envia também ela própria evangelizadores. Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: “Eis que faço novas todas as coisas”. No entanto, não haverá humanidade nova se não houver – em primeiro lugar – homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e, se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando – unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama – ela procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, a vida e o meio concreto que lhes são próprios (EN 14 e 15).

Conforme as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1999-2002*, evangelizar é a palavra-chave que resume toda a ação de Jesus (Lc 4,18). Evangelizar é fazer chegar a Boa Nova a todos. E a Boa Nova que Jesus anuncia é o Reino de Deus e a salvação para toda a humanidade. Cristo realiza, em sua pessoa e em sua vida, o que os profetas preanunciaram: Cumpriu-se o tempo. "O Reino de Deus está no meio de vós" (Lc 17,21; Mc 1,15). Só evangeliza quem aceita e segue o caminho de Jesus: "Vem e segue-me" é o convite fundamental que o Senhor continua fazendo a todos os que querem participar da aventura do Reino (Mt 19,21). Para ser verdadeiro evangelizador, é necessário, antes de tudo, deixar-se evangelizar, sendo ouvinte atento ao que Deus fala, a exemplo da Virgem Maria. É necessário acolher a Palavra "com a alegria do Espírito Santo" (1Ts 1,6.) e aceitá-la "não como palavra humana, mas como "verdadeiramente é: Palavra de Deus que está produzindo efeito entre vós" (Gl 5,22).

Só uma Igreja missionária e evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal de "alegria no Espírito" que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. Por isso, o Apóstolo Paulo podia afirmar com todo o vigor: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar"! (1Cor 9,16). As mesmas diretrizes propõem, ainda, *evangelizar com renovado ardor missionário*, ou seja, o evangelizador deve comunicar o Evangelho com vibração, com entusiasmo e com alegria, na certeza de ser instrumento de Deus, sabendo que está cumprindo a missão recebida no Batismo. O mundo precisa de uma nova evangelização com a descoberta de novas formas e de novas possibilidades, para que a Palavra de Deus se torne fonte de inspiração para a vida das pessoas e para a construção da sociedade (DGAE 1999-2002 7 a 13). "Temos necessidade urgente de viver na Igreja a paixão que norteia a vida de Jesus Cristo: o Reino de Deus, fonte de graça, de justiça, de paz e de amor. Por este Reino, o Senhor deu a vida" (DGAE 2008-2010 46).

2. O Reino, o que é?

Jesus descreveu o Reino de Deus em muitas parábolas. O Reino de Deus é como um tesouro, uma pedra preciosa, o fermento, a rede, o grão de mostarda... (Mt 13,31ss). São Paulo Apóstolo diz que "o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas justiça, paz e gozo no Espírito Santo" (Rm 14,17). "O Reino de Deus não consiste em palavras, mas em atos" (1Cor 4,20). O Reino começa aqui e se completa na eternidade. Ele já está presente, mas ainda não em plenitude.

Ao falar do anúncio do Reino, Paulo VI nos ensina que, como evangelizador, Cristo anuncia em primeiro lugar um reino, o Reino de Deus, de tal maneira importante que, em comparação com ele, tudo o mais passa a ser "o resto", que é "dado por acréscimo" (Mt 6,33). Só o Reino, por conseguinte, é absoluto e faz com que se torne relativo tudo o mais que não se identifica com ele. O Senhor se compraz em descrever, sob muitíssimas formas, a felicidade de fazer parte deste reino, felicidade paradoxal, feita de coisas que o mundo aborrece (Mt 5,3-12); as exigências do reino e a sua carta magna (Mt 5-7); os arautos do reino (Mt 10); os seus mistérios (Mt 13); os seus filhos (Mt 18) a vigilância e a fidelidade que se exigem daqueles que esperam o seu advento definitivo (Mt 24-25) (EN 8 a 10).

Como núcleo e centro da sua Boa Nova, Cristo anuncia a salvação, esse grande dom de Deus que é libertação de tudo aquilo que oprime o homem e que é libertação, sobretudo, do pecado e do maligno, na alegria de conhecer Deus e de ser por ele conhecido, de o ver e de se entregar a ele. Tudo isto começa durante a vida do mesmo Cristo e é definitivamente alcançado pela sua morte e pela sua ressurreição; mas deve ser desenvolvido, pacientemente, no decorrer da história, para vir a ser plenamente realizado no dia da última vinda de Cristo, que ninguém, a não ser o Pai, sabe quando se realizará (Mt 24,36; At 1,7; 1Ts 5,1-2).

Este reino e esta salvação, palavras-chave da evangelização de Jesus Cristo, todos os homens os podem receber como graça e como misericórdia; e, no entanto, cada um dos homens deve conquistá-

los pela força – os violentos apoderam-se dele, diz o Senhor (Mt 11,12; Lc 16,16)) – pelo trabalho e pelo sofrimento, por uma vida em conformidade com o Evangelho, pela renúncia e pela cruz, enfim pelo espírito das bem-aventuranças. Mas, antes de mais nada, cada um dos homens os conquistará mediante uma total transformação do seu interior que o Evangelho designa com a palavra “metanoia”, uma conversão radical, uma modificação profunda da maneira de ver e do coração (Mt 4,17).

Jesus anunciou o Reino com palavras, numa pregação infatigável e também com sinais. “Assim, aperfeiçoou ele a sua revelação, completando-a e confirmando-a com toda a manifestação da sua pessoa, com palavras e com obras, com sinais e com milagres, e, sobretudo, com a sua morte e com a sua ressurreição e com o envio do Espírito de verdade” (DV 4).

3. Um impulso evangelizador jubilar áureo

Há 50 anos, em 25 de janeiro de 1959, João XXIII, eleito papa em 28/10/1958, anunciou a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Logo depois de eleito papa, havia feito algumas recomendações à Presidência da Conferência Episcopal Latino-Americana - CELAM, em vista de uma “renovação espiritual do Continente”:

- a) uma clara visão da realidade;
- b) um plano de ação realista, providente quanto aos fins, racional quanto aos meios, aglutinador das forças, no respeito às legítimas liberdades;
- c) corajosa e perseverante execução do plano, com revisões que o adaptem às novas situações.

Para realizar isto, o Papa propôs o discernimento do que é essencial, para nele se concentrar, a largueza de visão e a clarividência do futuro. Por isto, disse que deve haver:

- um **programa a longo prazo**, especialmente, no setor das forças apostólicas e em particular do clero;

- um **programa imediato**, visando a um uso mais eficaz da ação dos padres, dos religiosos e dos leigos, da imprensa e da rádio, das missões populares.

4. O processo de planejamento de pastoral e de evangelização

Atendendo a um pedido de João XXIII e no espírito do Concílio Vaticano II, a Assembleia da CNBB, em abril de 1962, aprovou um conjunto de medidas pastorais que foi chamado *Plano de Emergência*. Vigorou de 1963 a 1965. Seguiu-se o *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC, de 1966 a 1970). Ele tinha duas partes: Diretrizes e programação. As Diretrizes eram expressas em um objetivo geral e em seis grandes linhas de ação. O plano tinha programas com prioridades, com objetivos específicos e com projetos. Essas Diretrizes foram prorrogadas em 1970 e reformuladas em 1975. De 1975 em diante, não foram mais traçados planos de pastoral, com uma parte de Diretrizes e outra de programas e projetos para a Igreja no Brasil, mas só Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, ficando os planos para os níveis regional, diocesano e paroquial. Em 1995, as Diretrizes tiveram uma alteração no nome. Passaram a ser Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. A peculiaridade acentua a preocupação de tornar a pastoral mais evangelizadora.

Desde 1975, as Diretrizes eram promulgadas para um período de quatro anos, coincidindo com o mandato da Presidência e outros cargos na CNBB. Na Assembleia de 2007, de primeiro a nove de maio, houve eleições gerais na CNBB para o quadriênio 2007 a 2010, mas não houve promulgação de Diretrizes. A razão foi a realização da Conferência de Aparecida de 13 a 31 do mesmo mês. A elaboração das Diretrizes foi remetida para a Assembleia da CNBB neste ano de 2008. Assim, elas terão a duração de três anos para retomar a periodicidade anterior e a coincidência com o mandato de uma nova Presidência e de outras funções.

5. O impulso renovador do Concílio Vaticano II

De 1962 a 1965, em quatro etapas, foi realizado o Concílio Vaticano II. Na visão de João XXIII, ele devia resultar no “aggiornamento” da Igreja. Devia colocar a Igreja “em dia”. Algumas ideias-força do Concílio:

- *renovação*: anunciar o Evangelho na realidade atual. Daí: renovação da liturgia, dos seminários, dos religiosos, dos bispos, dos padres e da pastoral...

- *adaptação*: a Igreja deve inculturar-se nos lugares específicos em que se encontra. A unidade não é uniformidade.

- *descentralização*: cada Igreja local tem características próprias.

- *serviço*: a razão de ser da Igreja é servir a humanidade. Para tal, deve ser pobre e despretenso.

- *participação*: a Igreja é o povo de Deus, e todos os seus membros devem ter oportunidade de participar ativamente no que lhe diz respeito.

6. A contribuição das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano

A **primeira Conferência Geral**, aconteceu em 1955, no *Rio de Janeiro*. Teve particular importância por ter criado o CELAM (Conferência Episcopal Latino Americana), que, por natureza, é organismo de colegialidade episcopal. Tenta ajudar a desenvolver a cooperação, a integração na ação evangelizadora na América Latina e no Caribe. Grande contribuição desta Conferência terá sido nesta linha de unidade dos Bispos na América Latina e Caribe com evangelização a partir da realidade dos nossos povos.

A **segunda Conferência Geral**, realizado em *Medellín*, em 1968, foi a implementação do Concílio Vaticano II no Subcontinente. Seus participantes chamaram a atenção para a realidade dos nossos povos. Realidade de subdesenvolvimento, de miséria, de marginalização. Daí o acento nos documentos sobre a necessidade do desenvolvimento integral da pessoa humana. O documento elaborado nesta Conferência se tornou um marco doutrinário importantíssimo para a Igreja Latino-americana.

A **terceira Conferência Geral**, em *Puebla*, no ano de 1979, teve como marco referencial a implementação da Assembleia Geral Ordinária do Sínodo sobre a Evangelização, que também está na realidade daqui, conforme constata o Documento dela resultante e se torna ainda mais grave do que na Conferência anterior. Esta terceira Conferência acentua a evangélica opção preferencial pelos pobres, sem esquecer a opção pelos jovens. Esta opção pelos pobres, de forte conotação profética, causou grande impacto. Duas coordenadas do Documento da terceira Conferência Geral são a comunhão e a participação. Numa realidade de marginalização, é imperativo garantir a participação de todos. Numa realidade de discriminação, é urgente a comunhão.

A **quarta Conferência Geral**, em *Santo Domingo* – no ano de 1992 – teve como referência os 500 anos da chegada dos Europeus ao Continente e a evangelização destes povos. De certa forma, sob o enfoque da nova evangelização, a quarta Conferência é nova no ardor, nos métodos e na expressão, de João Paulo II, a Conferência tentou aprofundar a inculturação do Evangelho. Se o tema da opção pelos pobres era desafiadora e causou inquietação, mais ainda, se bem entendido, o da inculturação. O documento, nela produzido, traduz certa diversidade na compreensão desta evangelização, que deveria ter como protagonistas os cristãos leigos e as leigas.

A **quinta Conferência Geral**, realizada recentemente, no ano de 2007, em *Aparecida*, teve o desafio de retomar a caminhada pastoral da Igreja latino-americana, recuperar sua identidade diante dos novos desafios apresentados pelas profundas transformações que estão ocorrendo, que chegam a ser uma verdadeira “mudança de paradigmas”, mudança de época, mais do que época de mudanças.

Pelo fato de ser realizada em Aparecida, cidade do Santuário de Nossa Senhora Aparecida – SP, fica evidente a importância da devoção à Maria como um dos componentes característicos da

identidade católica da América Latina, evidenciando a urgência pastoral de cultivar esta identidade através de um novo esforço de evangelização, traduzido num vasto programa de missão, que a Conferência espera suscitar. A própria formulação do tema: “discípulos e missionários”, já sugere este programa de evangelização e de missão. Dela brotou o Documento de Aparecida, que se constitui uma grande inspiração para a ação evangelizadora em toda a América Latina e no Caribe.

No processo de preparação e na elaboração do 11º Plano Diocesano da Ação Evangelizadora em nossa Diocese de Erechim, o Documento de Aparecida se constituiu num grande instrumento de trabalho e numa fonte de inspiração. Por isso, destacamos *os grandes eixos ou temas transversais do Documento de Aparecida*, (Agenor BRINGHENTI, *Critérios para a leitura do Documento de Aparecida*, Revista Convergência).

- Vida em abundância, em um mundo bom, mas globalizado e excludente. O tema da Vida, central na mensagem evangélica, a "vida em abundância" que Jesus veio trazer, enquanto presença do Reino de Deus na história, compõe o núcleo do tema e do texto do Documento de Aparecida. A vida é abordada em sentido amplo – a vida plena de Deus, "no homem todo e em todos os homens", no respeito e no cuidado da biodiversidade do planeta.

A globalização atual ameaça a vida das pessoas e da natureza. No Documento, a vida humana é defendida desde o início até a morte natural. Junto dela, está a defesa da biodiversidade, expressão do amor de Deus em toda a obra da Criação, que deve antes ser "cuidada" e "usada" que possuída, para a promoção da vida de todos. Urge trabalhar por um mundo incluído dos excluídos, um mundo respeitoso da natureza – a casa de todos.

- Discípulos missionários de Jesus Cristo. O dom da vida na obra da Criação e, dentro dela, o dom da vida dos seres humanos, feitos filhos e filhas de Deus no Filho e criados à sua imagem e à sua semelhança. Esta é uma dádiva a ser partilhada, a tornar-se missão. Jesus, ao mesmo tempo em que nos faz discípulos seus, envia-nos a defender e a promover a vida de todos, expressão do Reino de Deus. Trata-se de um discipulado missionário. A vocação ao discipulado é "con-vocação" à missão.

- Discípulos missionários na Igreja, sacramento do Reino. O discipulado missionário não é uma tarefa aventureira e voluntarista de pessoas dispersas, mas – no seio de uma comunidade concreta – sua Igreja. A "vocação ao discipulado missionário é 'con-vocação' à comunhão em sua Igreja" (156), diz o Documento de Aparecida. Por isso, o núcleo da mensagem do Documento é uma Igreja em estado permanente de missão, composta de discípulos que, na alegria do chamado, eles se fazem defensores e promotores da "vida em abundância", que Jesus veio trazer pela inauguração do Reino de Deus.

- Uma Igreja, animada pelo Espírito, comunidade de comunidades pequenas. A vivência e a experiência de comunhão na Igreja exigem comunidades de tamanho humano, cujo modelo é as CEBs. Para isso, é urgente a renovação das estruturas da paróquia, através de sua "setorização em unidades menores" (35) e a constituição, dentro dos setores, de "comunidades de famílias", para fomentar a vida em comunidade e responder aos seus problemas concretos (36).

- Discípulos missionários em uma Igreja inserida no mundo. A missão leva ao "coração do mundo", pois "não é fuga ao intimismo ou ao individualismo religioso, tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo e, muito menos, uma fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual" (Discurso Inaugural, Bento XVI 37). Daí a tarefa prioritária de contribuir "com a dignificação de todos os seres humanos, juntamente com as demais pessoas e instituições que trabalham pela mesma causa. Necessidades urgentes nos levam a colaborar com outros organismos ou com outras instituições para organizar estruturas mais justas no âmbito nacional e internacional" (38).

- Em um mundo, predominantemente urbano em que, hoje, 80% da população da América Latina e do Caribe vive na cidade. "As grandes cidades são laboratórios da cultura contemporânea" (39), com nova linguagem, que se estende também ao mundo rural (40). "O anúncio do evangelho não pode prescindir da cultura atual, que deve ser conhecida e, em certo sentido, assumida pela Igreja" (41).

O Documento de Aparecida ainda – conforme Agenor Brighenti – trouxe muitas novidades. A grata surpresa é que a Igreja na América Latina e no Caribe não "virou a página" para trás. Ela reafirmou a opção pelos pobres, as CEBs, o método ver-julgar-agir, as intuições fundamentais da teologia latino-americana, as mudanças estruturais da sociedade como integrante da missão evangelizadora, o testemunho e a santidade dos mártires das causas sociais, etc. Isso, por si só, na difícil conjuntura atual, tanto da Igreja como da sociedade, já seria uma grande novidade. Entretanto, maior surpresa ainda foi o Documento de Aparecida ter "virado páginas" para frente. Pelo menos, cinco delas merecem menção:

- Uma Igreja em estado permanente de missão. O Documento de Aparecida – todo – não fala em discípulos "e" missionários, mas em "discípulos missionários", pois o discipulado é seguimento de Jesus, enquanto continuação de sua obra. A missão "não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã" (42). "A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão" (43). Portanto, missão não é campanha, mas um estado do ser cristão. Com isso, a proposta da "missão continental" perdeu força, na medida em que, se ela acontecer, só será continental, enquanto for assumida e realizada em todas as Igrejas Locais. Não há Igreja fora das Igrejas Locais (44) e, portanto, uma missão por cima delas seria antieclesial.

- Uma missão não exclusiva, em perspectiva mundial. A promoção da "vida em abundância" não é uma missão exclusiva da Igreja, mas deve ser levada a cabo em colaboração "com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas em nível nacional e internacional" (45). Por um lado, a Igreja não tem o monopólio da caridade, da justiça e da paz e, por outro, estas somente serão possíveis na concretude da história à medida que forem resultado de uma ação consertada por todas as "pessoas de boa-vontade", em nível global.

- A pobreza como mundo da insignificância. Entre os rostos que sofrem, o Documento de Aparecida nomeia: as comunidades indígenas e as afro-americanas, mulheres excluídas, jovens, desempregados, migrantes, crianças prostituídas, milhões de pessoas e famílias que passam fome, dependentes de drogas, vítimas da violência, idosos e presidiários. Para o Documento, mais que empobrecidos, "os excluídos não são somente 'explorados', mas 'sobrantes' e 'descartáveis'" (46). É o pobre como insignificante, dos quais o mercado prescinde. Como não consomem, sobram, atrapalham. A inclusão dos "descartáveis" implica, pois, uma mudança estrutural da sociedade, na medida em que, em suas estruturas atuais, eles não cabem.

- Os que vão para as seitas, não estão querendo sair da Igreja, mas estão buscando sinceramente a Deus (225). Para o Documento, os motivos não são doutrinários, mas vivenciais; não são dogmáticos, mas pastorais; não são teológicos, mas metodológicos de nossa Igreja (48). Conseqüentemente, a solução não consiste em disputa do mercado, pois "a Igreja não cresce por proselitismo, mas pela atração da força do amor" (49). E constata, "onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo" (50). Por isso, é preciso reforçar a Igreja católica em quatro eixos: uma experiência religiosa pessoal, a vivência comunitária, a formação bíblico-doutrinal e o compromisso missionário de toda a comunidade (51).

- O protagonismo da mulher. O Documento de Santo Domingo havia proclamado o "protagonismo dos leigos" na evangelização. Aparecida proclama o protagonismo da mulher. Constata, o documento que "tradicionalmente, uma porcentagem significativa de homens na América Latina se mantiveram à margem da Igreja" e que, isso, "questiona fortemente o estilo de nossa pastoral convencional" (52). "Conseqüentemente, cabe "favorecer a participação ativa dos homens na vida da Igreja" (53), mas, entre as ações pastorais urge "impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres", garantindo "a afetiva presença da mulher nos ministérios que a Igreja confia aos leigos, bem como nas esferas de planejamento e decisão" (54).

7. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2008 a 2010

Elas têm o seguinte *objetivo*: EVANGELIZAR a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, para que “todos tenham Vida em abundância” (Jo 10,10).

No início do documento, os bispos manifestam gratidão a Deus pela graça da fé cristã, da pertença à Igreja. Incluem nesta gratidão os diversos agentes de pastoral, ordenados, religiosos e leigos.

Em seguida, pela análise da realidade, falam das profundas e sucessivas mudanças atuais nas quais deve acontecer a evangelização, missão integrante da identidade cristã e não algo opcional. É necessário evangelizar, mesmo com diversas limitações, especialmente a falta de agentes. Evangelizar proclamando o Reino que é vida, num mundo de excluídos e ignorados, cujas condições de vida contradizem o projeto de Deus Pai.

No *capítulo primeiro*, as Diretrizes analisam a *atual realidade que interpela a Igreja*. Trata-se de mudanças que afetam o mundo todo. Têm característica global e configuram uma mudança de época, mais do que simples época de mudanças.

Esta realidade é descrita em cinco aspectos:

- *situação sócio-cultural*: vão desaparecendo critérios fundamentais da vida, comprometendo o sentido da existência humana. O resultado é a frustração, a angústia e a ansiedade. A globalização não trouxe o que prometia de segurança e de progresso. Aumentaram os riscos e o medo. Medo de catástrofes ecológicas, de desastres atômicos, da violência, do desemprego. Nas incertezas e nos riscos, as pessoas buscam a satisfação imediata, no consumo hedonista. Mesmo assim, descortina-se a afirmação do valor fundamental da pessoa humana, de sua liberdade e de sua consciência.

- *situação econômica*: a economia globalizada acentua a concentração do poder e da riqueza, agravando a exclusão social. O desemprego estrutural ameaça os trabalhadores e suas organizações. Aumenta a mobilidade humana.

- *situação sócio-política*: o crescente individualismo e o crescimento do poder de grandes grupos enfraquecem a política. O povo está desencantado e desconfiado dos políticos, das instituições públicas e dos três poderes do Estado por causa da corrupção e das arbitrariedades. Aumenta a violência que banaliza a vida. Em contrapartida, surgem sinais de esperança e cresce a consciência da população que exige melhorias em todos os aspectos da vida social.

- *situação ecológica*: a rica biodiversidade do Brasil é alvo da cobiça internacional. Há grave devastação ambiental e apropriação intelectual ilícita dos conhecimentos tradicionais e dos recursos naturais. A prioridade dada ao mercado financeiro e ao agronegócio tem sérias consequências, com expansão de monoculturas.

- *situação religiosa*: o individualismo toma conta também do campo religioso, com a tendência sempre maior de cada pessoa estabelecer sua religião, conforme o que mais agrada e é mais útil para o sucesso, para a cura. A mídia banaliza a religião, reduzindo-a à esfera privada ou fazendo dela um espetáculo. Há também a procura de fiéis por certos grupos religiosos que desenvolvem verdadeiro proselitismo.

O *segundo capítulo* das Diretrizes intitula-se “*Discípulos e missionários em uma Igreja em estado permanente de missão*”. Aponta a Trindade como fundamento desta permanente missionariedade. Retoma as exigências da evangelização: o serviço, o diálogo, o anúncio, o testemunho de comunhão. Estas exigências devem ser concretizadas em três âmbitos de ação: a pessoa, a comunidade e a sociedade.

Em qualquer época ou lugar em que a Igreja se encontre, deve oferecer a todos o acesso à Palavra de Deus, à celebração da Eucaristia e aos demais sacramentos e cuidar da caridade fraterna e do serviço aos pobres. É o comumente chamado tríplice múnus: ministério da Palavra, ministério da liturgia, ministério da caridade.

Ministério da Palavra: O Concílio Vaticano II o colocou em primeiro lugar. Ele se desenvolve pela proclamação da Palavra na liturgia, leitura pessoal e orante da Bíblia, catequese, de modo especial com adultos e na família, iniciativas de formação bíblica, Ensino Religioso Escolar...

Ministério da liturgia: Acontece nas diversas celebrações, fonte e ápice da vida da Igreja, momento mais visível da comunidade eclesial. Todos os cristãos têm direito e obrigação de participar da liturgia. Nela, formam uma Assembleia celebrante, presidida por ministro ordenado ou leigo. A liturgia tem seu momento privilegiado no domingo, do qual a Eucaristia é o coração. A celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos exige pastoral específica, não só para os já praticantes, mas para todos os que os procuram. Atenção especial deve ser dada ao espaço litúrgico, à inculturação, à música, à pastoral litúrgica.

Ministério da caridade: “Se as fontes da vida da Igreja são a Palavra e o Sacramento, a essência da vida cristã é o ‘amor’, o amor-doação.” Ele tem duas faces: a comunhão fraterna (koinonia) entre os que acolhem o Evangelho e o serviço aos pobres, o cuidado com os necessitados. O amor urge o empenho pela superação das desigualdades sociais, grande escândalo de nosso tempo, o atendimento às novas formas de pobreza; inclui a defesa dos direitos humanos e a participação na vida política.

Para ser missionário, o discípulo precisa de formação e de espiritualidade. A formação, que deve ser permanente, pedagogicamente, segue um itinerário: encontro com Jesus Cristo, conversão, discipulado, comunhão e missão. Esta formação tem seus aspectos específicos para padres, para diáconos e para leigos. Sem forte espiritualidade, o discípulo missionário não se sustenta. Ele alimenta esta espiritualidade pela escuta da Palavra de Deus tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida, pela participação na eucaristia e em outras celebrações, pela oração, pelo abandono ao Espírito que sempre precede o evangelizador, o assiste permanentemente, confortando nas dificuldades e nos fracassos, pela doação de si mesmo no serviço aos irmãos.

O **terceiro capítulo** aborda a **ação evangelizadora da Igreja**. A partir da análise da realidade e da reflexão sobre a natureza missionária da Igreja, as Diretrizes indicam pistas de ação nos três âmbitos: pessoa, comunidade e sociedade.

- **Promover a dignidade da pessoa humana.** O grande desafio é a construção da identidade pessoal e da liberdade autêntica na atual sociedade. A fé cristã assegura que somos filhos de Deus, criados à sua imagem e semelhança. Por isso, somos portadores de uma dignidade inquestionável, revelada especialmente pela Encarnação do Filho de Deus. O Filho de Deus – feito um de nós – traz luz para o sofrimento assumido no amor-solidário. Pistas de ação indicadas: iniciativas em relação ao acolhimento e ao acompanhamento às pessoas em suas diversas etapas e situações de vida, em relação à família, ao trabalho, à moradia, à pobreza e às ameaças à vida, à oração pessoal, familiar, comunitária e litúrgica.

- **Renovar a comunidade.** O desafio é a fragmentação da vida e a busca de relações mais humanas. A fé cristã garante que onde dois ou três estiverem reunidos, Cristo está no meio deles. Porque criada à imagem e semelhança de Deus, que é Trindade, a pessoa se realiza à medida em que vai se descobrindo irmã de todos e de tudo. A vida cristã se aprofunda e se desenvolve na comunhão fraterna. Nas pistas de ação, aponta-se para o diálogo no interior das comunidades, com reformulação das estruturas, em vista de maior participação de todos, integrando dons, carismas e ministérios. Aponta-se também para o diálogo ecumênico e inter-religioso. Insiste-se na dimensão missionária da comunidade cristã, à luz da Conferência de Aparecida.

- **Construir uma sociedade solidária.** O grande desafio é o escândalo da exclusão e da violência na sociedade consumista. A fé cristã registra o testemunho dos primeiros cristãos, entre os quais não havia necessitados. As condições de vida de milhões de excluídos, abandonados e ignorados contradizem o projeto de Deus que quer vida digna para todos. A opção por eles é parte integrante da fé cristã. A Igreja é chamada a ser samaritana de todos. Nas pistas de ação, aparecem: atividades para garantir condições mínimas de subsistência, de combate à corrupção, à criminalidade e à impunidade, de garantia da segurança, de preservação do meio ambiente. Atividades de solidariedade como a organização da Cáritas em cada Diocese com ramificação nas paróquias, a continuidade do Mutirão

para a superação da miséria e da fome, a participação em movimentos sociais, o contato humano com os pobres. Ressalta-se também o compromisso do cristão na ação política, o diálogo com as culturas, a adaptação da pastoral ao mundo urbano, o empenho pela educação, o uso dos meios de comunicação para a evangelização. Um último bloco de pistas de ação inclui as grandes questões da humanidade: a ética, a justa regulação da economia, a justiça internacional, o aquecimento global...

Na **conclusão**, as Diretrizes lembram que a Conferência de Aparecida convoca a Igreja a um estado permanente de missão. A Igreja no Brasil quer renovar seu espírito missionário participando da Missão Continental proposta pela mencionada Conferência, assumindo-a com rosto brasileiro, conforme a realidade e a caminhada de cada Igreja Particular.

A Igreja no Brasil – em sintonia com o Projeto da Missão continental através do Projeto Nacional de Evangelização *O Brasil na Missão Continental – a alegria de ser discípulo missionário*. O objetivo é “abrir-se ao impulso do Espírito Santo e incentivar, nas comunidades e em cada batizado, o processo de conversão pessoal e pastoral ao estado permanente de missão, para a Vida plena” (CNBB 88 9).

PARTE III

ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EVANGELIZADORA

O processo de preparação da 11ª Assembleia Diocesana da Ação Evangelizadora proporcionou a mais ampla participação das pessoas em geral e, sobretudo, das lideranças das comunidades da Diocese de Erechim, apontando os desafios e as novas realidades que exigirão uma atenção especial por parte destes agentes evangelizadores.

Toda a ação evangelizadora – para ser eficaz – precisa ser bem planejada e assumida por todos. São Paulo, em suas cartas, compara a Igreja de Cristo com o corpo humano, que tem diversos membros, e cada membro tem uma função, garantindo o bom funcionamento e a harmonia (Rm 12,3-8; 1Cor 12,12-30).

Na evangelização é preciso garantir a unidade na diversidade. Unidade porque os cristãos são discípulos de Cristo e enviados em missão para os diversos ministérios. E, diversidade, porque cada um tem seus dons próprios, confiados pelo Espírito Santo. “Os dons são diferentes, são diferentes os modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos” (1Cor 12,4).

A evangelização é tarefa de todos os fiéis, chamados em virtude do seu batismo a serem discípulos missionários de Jesus Cristo (Bento XVI, Discurso Inaugural). Neste sentido, “a missão não é tarefa opcional, mas parte integrante da identidade cristã” (DAP 144). De acordo com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010, “cada Diocese será uma ‘comunidade missionária’, na medida em que não fortalece apenas a sua consciência missionária, com gestos concretos de ida ao encontro dos outros, mas também na medida em que responde aos grandes problemas da sociedade em que se encontra. Estes desafios exigem ‘imaginação e criatividade para chegar às multidões’” (DGAE, 9).

Na opção metodológica da Igreja, os leigos ocupam lugar especial, em vista de sua missão na comunidade. Por isso, é importante garantir um processo permanente de formação e de atualização dos agentes. “Somos conscientes de nossos limitados recursos materiais, bem como, da insuficiência de agentes de pastoral para respondermos devidamente a estes apelos do Espírito. Mas não esmorecemos nem desanimamos, pois somos animados pelo mesmo Espírito que impeliu os apóstolos, em circunstâncias mais adversas que as nossas, a proclamarem corajosamente o Evangelho de Deus, o Cristo Ressuscitado, nossa Páscoa” (DGAE 10).

As exigências do mundo atual não concebem mais uma ação evangelizadora realizada de forma amadora, sem planejamento e sem qualificação. Nos tempos atuais, torna-se indispensável adotar uma metodologia que priorize a participação, a organização, o planejamento e a avaliação das atividades.

Por metodologia entendemos “um modo de ser”, o jeito de caminhar, de desenvolver uma ação, um projeto e, sobretudo, um processo grupal. Metodologia “não é um instrumento, mas a própria mística do agente” (E. Benincá e R. Balbinot). A clareza de objetivos, do ponto de partida e de chegada, definirá o modo, o jeito como se percorrerá o caminho para que se alcancem os objetivos propostos e para que a evangelização seja eficaz, proporcionando a experiência do encontro com Jesus Cristo e o compromisso com a proposta do Reino de Deus.

O atual contexto apresenta à Igreja, em que está inserida, inúmeros desafios. “A evangelização exige muita atenção à situação em que vivemos, bem como sincera abertura de espírito e solidariedade diante das aspirações, das angústias e das interrogações da nossa época” (DGAE 55). “Já não basta uma pastoral de mera conservação, faz-se necessário responder às carências que explicam a saída de muitos católicos da Igreja e que concernem à experiência religiosa, à vivência comunitária, à formação bíblico-doutrinal e ao compromisso missionário com toda a comunidade” (DAP 225 e 226). Para que isso aconteça, Aparecida propõe o processo de “conversão pastoral”, que exige uma conversão pessoal de todos os agentes.

A conversão pastoral leva a uma espiritualidade de comunhão e de participação. A democracia em todos os âmbitos da atualidade não admite mais posturas autoritárias. Através do método participativo, todos devem participar do processo de planejamento, de execução e de avaliação da ação evangelizadora. “Os leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução. Esse projeto diocesano exige acompanhamento constante por parte do bispo, dos sacerdotes e dos agentes de pastoral, com atitude flexível que lhes permita manterem-se *[sic]* atentos às exigências da realidade sempre mutável” (DAp 371).

Por isso, para garantir a organização, a articulação, e a funcionalidade do Plano Diocesano, apresentamos algumas instâncias organizativas a serem levadas em consideração e que se constituem em instrumentos indispensáveis para manterem a unidade na ação evangelizadora da Diocese:

- a) Organizar e fortalecer os Conselhos de Pastoral, nos três níveis: Comunitário, Paroquial e Diocesano. Na Diocese de Erechim, desde 1995, quando aconteceu a 8ª Assembleia Diocesana de Pastoral, fez-se a opção pela organização dos Conselhos de Pastoral, como forma de organização e de dinamização das ações. Eles contribuem para a descentralização do poder e a distribuição das responsabilidades, possibilitando o envolvimento de todos nos trabalhos e na tomada de decisões. Lembramos que, no ano 2002, a Diocese de Erechim elaborou o “Regimento dos Conselhos de Pastoral”, enviado às Paróquias e às Comunidades para orientar os agentes de pastoral na condução do processo organizativo.
- b) Garantir a realização de Assembleias, em seus diversos níveis (comunitário, paroquial e diocesano), oportunizando a participação das pessoas em geral e das lideranças no processo de planejamento, de execução e de avaliação das atividades estabelecidas em cada nível. Da mesma forma, favorecer a realização de Assembleias em cada setor pastoral e diocesano e nos movimentos eclesiais.
- c) Através dos conselhos para assuntos econômicos, em cada nível, fazer um orçamento anual e garantir recursos econômicos não apenas para as estruturas físicas, mas também para as necessidades pastorais e, principalmente, para o processo formativo dos agentes, sempre em sintonia com o Projeto da Pastoral do Dízimo.
- d) As 7 Áreas Pastorais, as 8 Metas e os 4 Projetos devem realizar seu planejamento específico, estabelecendo suas coordenações, organizando sua programação e desencadeando um processo que responda aos desafios correspondentes ao seu campo de ação.
- e) A Coordenação Diocesana de Pastoral deve continuar sendo o elo de articulação, de dinamização, de organização e de animação da ação evangelizadora na Diocese. Para isto, ela deve garantir um processo sistemático de reuniões e/ou encontros entre os coordenadores das Áreas, das Metas, dos Projetos, dos Setores Pastorais e dos Movimentos Eclesiais ou mesmo de outras atividades, conforme a necessidade, mantendo a unidade da ação diocesana. Atualmente, a Coordenação Diocesana é composta pelo Bispo Diocesano, pelo Vigário Geral, pelo Coordenador Diocesano de Pastoral, pelo representante do núcleo dos Religiosos/as, por um representante de cada Área Pastoral e pelos coordenadores das Metas e dos Projetos.
- f) As visitas pastorais do Bispo Diocesano e de sua equipe, além de garantir a unidade diocesana em torno do Plano Diocesano da Ação Evangelizadora, das Diretrizes Diocesanas dos Sacramentos e de outros encaminhamentos diocesanos, sejam um momento especial de animação das famílias e do povo em geral para a participação comunitária. Que sejam também incentivo e fortalecimento às lideranças da comunidade para o bom desempenho da ação evangelizadora.

PARTE IV

PISTAS DE AÇÃO

O 11º Plano Diocesano da Ação Evangelizadora 2009-2011 organiza as pistas de ação em 08 Metas e 04 Projetos. As metas constituem uma forma de organização e de articulação dos setores pastorais e dos movimentos eclesiais. Cada setor pastoral e cada movimento eclesial escolherá um(a) coordenador(a) que garantirá a realização do planejamento estabelecido e as atividades propostas pelo respectivo setor.

Cada uma das 08 metas deverá escolher um coordenador a fim de garantir a unidade na ação e na articulação entre os setores pastorais e os movimentos eclesiais que fazem parte de cada meta.

1. METAS

1.1. Catequese

A catequese ocupa lugar central na ação evangelizadora e na vida da Igreja. Através dela, é possível conhecer o Plano de Deus, revelado por meio da Sagrada Escritura e que leva ao verdadeiro encontro com Jesus Cristo vivo e ressuscitado.

A comunidade eclesial é o lugar privilegiado do processo catequético, “ela é catequizada e catequizadora. E, como evangelizadora, começa por se evangelizar a si mesma, em crescente abertura a outras comunidades” (DNC 174). Por isso, “a comunidade deve ser o lugar onde se vive o evangelho e se alimenta continuamente a adesão à proposta de Jesus. Só assim a comunidade se torna fonte, lugar e meta da catequese (...). Assim, a catequese com as crianças favorece a boa socialização. Com os jovens, a catequese constitui uma necessidade vital na formação de sua personalidade e, com os adultos, a catequese promove um crescimento de diálogo, de partilha e de co-responsabilidade” (DNC 175).

No contexto atual, as famílias nem sempre estão preparadas para introduzir seus filhos no caminho da iniciação cristã e garantir a educação da fé. Além disso, o ambiente da escola, do trabalho e da vida social – de modo geral – não comunicam os valores cristãos.

Neste sentido, “a catequese renovada, de inspiração catecumenal, adquire grande importância, não se limitando às crianças e aos jovens, mas tendo como prioridade a catequese com adultos. Trata-se de uma catequese não ocasional, mas permanente, que implica melhor formação dos responsáveis e um itinerário catequético permanente por parte das autoridades eclesiais que não se limite a ser uma formação meramente doutrinária e sim uma verdadeira escola de formação integral” (DGAE 64).

A catequese, enquanto processo dinâmico e permanente, tem como objetivo educar a pessoa humana nas diversas dimensões da vida cristã, à luz da Palavra de Deus e dos ensinamentos da Igreja, para construir comunidades catequizadoras, comprometidas com os valores fundamentais da fé cristã e com a defesa da vida.

Para destacar a importância da catequese na evangelização, a Igreja no Brasil realizou, em 2009, o Ano Catequético Nacional, com o objetivo de “dar um novo impulso à catequese como serviço eclesial e como caminho para o discipulado”. Todas as Dioceses do Brasil foram motivadas a desenvolverem ações em torno do tema “*Catequese, caminho para o discipulado*” e do lema “*Nosso coração arde quando ele fala, explica as Escrituras e parte o pão*”, tendo como texto inspirador os Discípulos de Emaús (Lc 24,32.35).

Desafios e indicações práticas

- a. Ser assumida por toda comunidade, com o apoio do bispo diocesano, dos presbíteros, dos diáconos, dos religiosos e dos conselhos comunitários de pastoral e conselhos para assuntos econômicos.

- b. Ser entendida como um processo permanente e para toda comunidade e que, começando com o anúncio e guiado pela Palavra de Deus, conduz ao encontro com Cristo.
- c. Qualificar os catequistas, através de encontros periódicos de formação, para que possibilitem a experiência de Deus e que esta seja um exercício prazeroso.
- d. Tornar a catequese mais dinâmica de modo que incentive a participação e o engajamento comunitário dos catequizandos;
- e. Que a catequese não seja entendida apenas como preparação aos sacramentos, nem seja dirigida somente às crianças e aos adultos, mas que seja um processo permanente que envolve todos, especialmente, os adultos, para que garantam a educação da fé nas famílias.
- f. Compreender a catequese dentro do conjunto da ação evangelizadora, num trabalho conjunto com os outros setores pastorais.
- g. Que a catequese seja mais vivencial e celebrativa, garantindo a interação entre fé e vida.
- h. Que as comunidades e as paróquias invistam na catequese, tanto na formação dos catequistas quanto em materiais adequados, para que seja mais atrativa e dinâmica.
- i. Garantir a continuidade da formação dos catequistas através da Escola Diocesana de Catequese.
- j. Rever a atual metodologia da catequese, a fim de torná-la mais evangelizadora, tendo a Bíblia como grande inspiração.
- k. Dar continuidade ao processo de formação dos catequistas através da Escola Diocesana de Catequese.

1.2. Liturgia

A liturgia é a celebração do Mistério Pascal de Cristo, que é o núcleo central da fé cristã e, em torno dele, celebra-se, no Ano Litúrgico, a memória do Ressuscitado na vida de cada pessoa e da comunidade.

Na ação evangelizadora da Igreja, a liturgia ocupa um lugar central. “Conforme o Vaticano II, ela é ‘o cume para o qual tende toda a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana toda a sua força’ (SC 10). Nela, o discípulo realiza o mais íntimo encontro com o seu Senhor e dele recebe a motivação e a força máximas para a sua missão na Igreja” (DGAE 67).

A ação evangelizadora tem sua culminância na Liturgia e dela se alimenta. A celebração litúrgica é o momento mais visível da comunidade cristã na qual se fortalece, alimentando-se da Palavra e da Eucaristia. É o momento em que mais se reúnem pessoas.

Desafios e indicações práticas

- a. Garantir nas comunidades a organização e a ampliação das equipes de liturgia e de cantos.
- b. Garantir a organização da Pastoral Litúrgica em nível paroquial e diocesano.
- c. Oportunizar um processo de formação continuada às equipes de liturgia, em nível paroquial e diocesano, aos padres e a todos os que presidem celebrações nas comunidades.
- d. Investir na formação de instrumentistas para a animação das celebrações e das demais atividades das comunidades.
- e. Que as equipes se empenhem na preparação das celebrações, garantindo a beleza, a espontaneidade e a criatividade.
- f. Oferecer formação ao povo em geral, a fim de que entendam o significado e a importância da missa e da celebração da palavra, para que encontre o verdadeiro sentido do que se celebra.
- g. Que em todas as celebrações litúrgicas haja centralidade no Mistério Pascal.

- h. Manter a unidade diocesana nas celebrações, através das orientações e dos materiais litúrgicos. O material litúrgico deve ajudar na criatividade e não acomodar as equipes.
- i. Que se evitem os extremos do ritualismo e do espontaneísmo nas celebrações.
- j. Dar atenção à questão da comunicação na liturgia e ao espaço litúrgico, dando sentido aos ritos, bem como, valorizar as vestes e as cores litúrgicas.
- k. Que as celebrações sejam mais orantes, possibilitando o encontro pessoal com Jesus Cristo e com a celebração da vida da comunidade.
- l. Que os que presidem as celebrações, cultivem a mística cristã, interiorizando e testemunhando o Evangelho.
- m. Melhorar o acolhimento ao povo nas celebrações.

1.3. Vocação e Missão

Na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, Paulo VI diz que “evangelizar é a graça, a vocação própria da Igreja, a sua identidade mais profunda” (n. 14). O mandato de evangelizar todas as pessoas constitui “a vida e a missão essencial da Igreja” (id.). A razão de ser da Igreja é evangelizar, anunciar Jesus Cristo e seu Evangelho, pois é somente nele que a humanidade encontra vida plena e esperança.

A partir do batismo, somos Igreja e membros do povo de Deus. Na fé cristã, somos chamados a sermos discípulos missionários de Jesus Cristo em vista da santidade: “Sede santos, porque eu, Javé, vosso Deus, sou santo” (Lv 19,2). A vocação, chamado de Deus, ocorre em vista da missão assim como o discipulado é em vista da missionariedade. São realidades intimamente ligadas.

No evangelho de Mateus, Jesus lembra que “a messe é grande e os trabalhadores são poucos” (Mt 9,37). No que diz respeito à dimensão vocacional, o contexto atual é extremamente complexo. O grande desafio é despertar novas vocações e formá-las para as necessidades atuais. O despertar das vocações à vida sacerdotal e religiosa decorre de um clima vocacional que deve ser proporcionado em nossas famílias e comunidades. Por isso, como fiéis discípulos missionários, todos nós, presbíteros e lideranças das comunidades de nossa Diocese, junto com o bispo, somos os primeiros responsáveis pela animação vocacional. É frente ao nosso testemunho que outros jovens vocacionados/as se sentirão animados/as a optar pelo sacerdócio e/ou pela vida religiosa e ao serviço de animação das comunidades como leigos.

Os batizados em nome de Jesus Cristo tornam-se discípulos missionários com a missão de testemunhar o projeto de Deus, anunciado pelo Mestre: “conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria; segui-lo é uma graça, e transmitir este tesouro aos demais é uma tarefa que o Senhor nos confiou ao nos chamar e nos escolher” (DAp 18).

À Luz do Documento de Aparecida e em comunhão com a Igreja na América Latina e no Caribe, a Igreja no Brasil, está vivendo o Projeto Nacional de Evangelização: O Brasil na missão continental – A alegria de ser discípulo missionário.

Com isso, toda a Igreja no Brasil está convocada a estar em estado permanente de missão, com o desafio de dar novo caráter às atividades que já vêm sendo desenvolvidas e, também, entrar num constante processo de renovação missionária. “A Diocese, em todas as suas comunidades, é chamada a ser comunidade missionária” (DAp 168).

Desafios e indicações práticas

- a. Manter e fortalecer a equipe diocesana da pastoral vocacional: formada pelo animador vocacional, por representantes das congregações religiosas com comunidades na Diocese, por representantes da pastoral da juventude, dos diáconos permanentes e de outras pastorais afins;

- b. Desenvolver ações articuladas com as congregações religiosas, a fim de crescer no espírito missionário;
- c. Promover a animação vocacional nas mais diversas circunstâncias: mês vocacional, datas comemorativas das comunidades ou das paróquias, festas dos padroeiros, ordenações, profissões religiosas e outras.
- d. Que as mais diversas pastorais incentivem para o despertar de novas vocações sacerdotais e religiosas: Pastoral familiar, Infância Missionária, Catequese, Juventude;
- e. Intensificar o trabalho junto às escolas; retiros com os catequizandos; valorização dos coroinhas;
- f. Articular os animadores e animadoras vocacionais nas comunidades e nas paróquias, proporcionando-lhes formação;
- g. Visitar, acompanhar e animar os vocacionados e as vocacionadas às casas de formação;
- h. Despertar vocações leigas e religiosas para a missão; criar equipes para o trabalho missionário, proporcionando formação para a missão;
- i. Conhecer e divulgar o projeto *O Brasil na missão continental*, desenvolvendo ações para que Diocese esteja em permanente estado de missão;
- j. Incentivar o Conselho Missionário Diocesano (COMIDI) e os Conselhos Missionários Paroquiais (COMIPAS), como um espaço de estudo, reflexão e apoio ao projeto missionário da Diocese;
- k. Continuar o trabalho com a Infância e a Adolescência Missionária, suscitando uma maior sensibilidade missionária nas comunidades;
- l. Apoiar e fortalecer o projeto *Solidariedade Missionária*, a fim de acompanhar e de animar os missionários enviados pela Diocese a outras regiões, despertando novas vocações missionárias;

1.4. Pastorais Sociais

A “compaixão” de Jesus para com o povo empobrecido e explorado, semelhante a “um rebanho sem pastor” (Mt 9,36), apresenta-se como referencial da ação social dos cristãos. “Se as fontes da vida da Igreja são a Palavra e os Sacramentos, o centro da vida cristã é a caridade, o amor doação” (DGAE 81). A carta de Tiago é clara: “A fé sem obras é morta” (Tg 2,17). Para Jesus, a expressão mais clara da caridade fraterna são as ações concretas em favor dos pequenos (Mt 25,35-36). Por isso, a nossa fé não pode ficar restrita a um plano teórico ou meramente emotivo ou intimista: “Nem todo aquele que me diz ‘Senhor, Senhor’ entrará no Reino do Céu. Só entrará aquele que põe em prática a vontade do meu Pai” (Mt 7,21). A fé precisa ser expressa em ações concretas e libertadoras.

Participar da construção de uma sociedade justa e solidária constitui um dos objetivos da ação evangelizadora da Igreja, “é expressão irrenunciável da própria essência” (DAp 399). O compromisso social da Igreja tem sua raiz na própria fé, pois são muitos os rostos de empobrecidos (DAp 402) que padecem as consequências do atual sistema de globalização. “Uma comunidade insensível à luta para vencer a injustiça é um contra testemunho e celebra indignamente a própria liturgia” (DGAE 178).

Por isso, em nossa Diocese, há vários setores pastorais que atuam na perspectiva da conscientização e na organização dos pobres em vista da caridade fraterna e da solidariedade. Acontecem, também, ações articuladas com movimentos sociais e populares que lutam pela garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural e urbano.

Desafios e indicações práticas

- a. Unidade entre as pastorais sociais; trabalhar a construção da cidadania de forma planejada, organizada e articulada com outras organizações da sociedade civil, que tenham como finalidade a promoção e a defesa da vida;
- b. Atenção especial à agricultura familiar e retomar a Pastoral Rural;
- c. Desenvolver ações junto aos empobrecidos urbanos (os beira-trilhos, os catadores de lixo, os beira-rio que constantemente têm suas casas alagadas...); pastoral urbana e acompanhamento aos trabalhadores e trabalhadoras do meio urbano;
- d. Viabilização de um projeto de recuperação para dependentes químicos, dando atenção à Pastoral da Sobriedade;
- e. Participar ativamente nos Conselhos Municipais na defesa das políticas públicas;
- f. Conscientizar para a prática da caridade e da solidariedade para com os mais necessitados ou com os que se encontram em situações de risco;
- g. Retomar a mística das pastorais sociais, das CEBs, proporcionando encontros de formação com seus membros e com o povo;
- h. Retomar a Escola Cristã de Formação Política (fé e política);
- i. Intensificar o trabalho com os portadores de necessidades especiais;
- j. Organizar a pastoral da ecologia, despertando para o cuidado com a natureza;
- k. Valorizar as datas comemorativas do ano: dia do agricultor, do trabalhador, da mulher...
- l. Acompanhar a situação dos indígenas e dos agricultores de nossa Diocese, apoiando suas lutas e reivindicações;
- m. Estar atentos às situações emergentes que poderão exigir uma nova organização pastoral;
- n. Valorizar e incentivar os projetos alternativos.
- o. Qualificar o acompanhamento aos encarcerados, bem como, aos seus familiares.

1.5. Família

A família não existe em si mesma. Ela é parte da sociedade e está inserida nela. Família e sociedade são duas realidades que se interpenetram e se influenciam mutuamente. Por isso, muito do que acontece na família é o reflexo daquilo que se passa na sociedade. A família moderna e pós-moderna não está mais seguindo os padrões tradicionais. Apresenta-se como uma instituição livre, com muitas formas de escolha, frágil nos compromissos e com poucas obrigações. As separações aumentam cada vez mais. Apesar das transformações da sociedade moderna, ela é a célula-mãe de todas as sociedades e povos.

Em Gn 1,28, o homem e a mulher foram abençoados por Deus e chamados à fecundidade. Ambos receberam de Deus a missão básica da continuidade da vida. Por isso, uma das finalidades do matrimônio é a geração dos filhos. Para João Paulo II, “a tarefa fundamental da família é o serviço à vida (...). A fecundidade é o fruto e o sinal do amor conjugal, o testemunho vivo da plena doação recíproca dos esposos” (FC 28).

O amor, a doação da vida, como Jesus o fez, é o fundamento, a “rocha” sobre a qual deve ser edificada a família (Mt 7,24-27). A realidade básica do casamento e da família é o amor. O princípio interior, a força permanente e a meta última da família é o amor. Fora do amor verdadeiro não há família feliz (1Cor 13,1-13; 1Jo 4,7-21). “Sem o amor, a família não pode viver, crescer e aperfeiçoar-se como comunidade de pessoas” (FC 18).

Para João Paulo II, “o matrimônio e a família constituem um dos valores mais preciosos da humanidade” (FC 1). A família cristã “é a primeira comunidade chamada a anunciar o Evangelho à pessoa humana” (FC 2). A família é uma comunidade de pessoas no amor e na comunhão.

Desafios e indicações práticas

- a. Implantação e organização da Pastoral Familiar em todas as Paróquias;
- b. Organizar a Pastoral do Matrimônio, preparando os jovens para o casamento e acompanhando-os no pós-matrimônio;
- c. Atenção especial às famílias, articulando as ações com setores pastorais e movimentos afins, especialmente, com a catequese, com a juventude e com a educação;
- d. Incentivar a participação efetiva das famílias na catequese e na comunidade;
- e. Desenvolver um trabalho mais intenso junto aos casais em segunda união ou em outras situações especiais;
- f. Marcar presença junto às famílias carentes;
- g. Apoiar o trabalho desenvolvido por grupos, por serviços e por movimentos, implantando-os onde não tem (Movimento Familiar Cristão, Movimento de Cursilhos de Cristandade, Encontro de Casais com Cristo e outros).
- h. Continuar as ações e as reflexões na Semana da Família;
- i. Promover encontros com as famílias em nível diocesano e interdiocesano;
- j. Que haja empenho de todos no resgate do sacramento do matrimônio e dos valores da família;
- k. Usar melhor os espaços nos Meios de Comunicação Social, divulgando as ações realizadas para valorizar e defender a família;
- l. Oportunizar encontros de formação para casais e para famílias em geral;

1.6. Educação

A Igreja, em sua ação evangelizadora, tem a missão de ser presença junto ao povo nos diversos âmbitos da sociedade civil. A educação, sem dúvida, é um desses espaços em que a Igreja precisa se fazer presente, ajudando a refletir os processos educativos – fundamentados nos valores do evangelho – que levem à construção de uma sociedade justa e solidária.

No atual contexto de uma cultura neoliberal, que prioriza o individualismo, o subjetivismo e o materialismo consumista, surge a sexualidade desregrada e irresponsável que vem consolidar uma cultura de indiferentismo religioso, especialmente, nos meios juvenis.

Sabemos que a educação é fundamental para a formação de cidadãos comprometidos com a vida e com sociedade. E, sem dúvida, é nas escolas e nas universidades que se concentra o maior número de crianças, de adolescentes e de jovens em processo de formação.

Neste sentido, a presença da igreja nos ambientes educativos é indispensável, anunciando e testemunhando os valores do Reino de Deus. Caracteriza-se por um forte protagonismo dos leigos e dos estudantes, empenhados com a evangelização das pessoas e das estruturas educacionais.

Em nossa Diocese, esta presença da Igreja no mundo da educação se dá pela Pastoral da Educação – como um serviço direcionado aos educadores, aos educandos e a toda a comunidade escolar, promovendo a formação cristã à luz dos princípios do evangelho; da Pastoral Universitária – como uma presença eclesial nas universidades, tendo como objetivo anunciar profeticamente o Reino de Deus, a fim de evangelizar o mundo universitário, difundir os valores cristãos e impregná-los no cotidiano acadêmico; do Ensino Religioso Escolar, que agora é considerado área do conhecimento e

não é mais facultativo, sendo realizado ecumenicamente, com o acompanhamento do Conselho do Ensino Religioso (CONER) em que procura trabalhar a dimensão religiosa, presente em todos os seres humanos e as manifestações do transcendente de acordo com as diversas denominações e culturas religiosas presentes na região.

Há também uma presença significativa do Bispo Diocesano nas escolas através da visita pastoral do bispo diocesano, da equipe de animação vocacional, dos padres e dos religiosos que realizam celebrações em datas comemorativas, em formaturas e outros eventos promovidos pelas instituições educacionais.

Desafios e indicações práticas

- a. Garantir a continuidade da equipe da Pastoral da Educação para articular as ações a serem desenvolvidas na Diocese;
- b. Que sejam organizados grupos de educadores católicos nas paróquias, garantindo animação, reflexão e formação dos educadores;
- c. Que a Pastoral da Educação seja presença nos diversos campos educacionais iluminando as práticas pedagógicas;
- d. Interdisciplinaridade entre os diferentes contextos que envolvem a educação e as pastorais;
- e. Oportunizar aos gestores do campo educacional a formação humana e espiritual;
- f. Garantir a presença de um representante da Diocese junto ao Conselho do Ensino Religioso, contribuindo no processo formativo dos educadores desta área do conhecimento;
- g. Trabalhar junto às autoridades competentes para garantir que as aulas do Ensino Religioso sejam dadas por educadores preparados nesta área do conhecimento;
- h. Dar continuidade ao Curso de Extensão em Metodologia do Ensino Religioso;
- i. Proporcionar cursos e encontros de formação e de atualização aos educadores, oportunizando a construção de recursos pedagógicos e metodológicos que auxiliem as atividades e as ações educativas nas escolas;
- j. Continuar com a presença evangelizadora da igreja, através da Pastoral Universitária, ampliando espaços de atuação;
- k. Garantir a presença da Igreja nas escolas através da visita pastoral do bispo, dos padres e das equipes e setores afins;
- l. Ocupar, valorizar e marcar presença nos espaços oferecidos nas instituições educacionais em datas comemorativas e em outros momentos especiais;
- m. Cultivar, nos meios educativos, a espiritualidade cristã, mesmo que não confessional;
- n. Promover a formação integrando escola, família e comunidade educativa.

1.7. Juventude

O acompanhamento aos jovens acontece, basicamente, através da Pastoral da Juventude, em sintonia com o Plano Diocesano da ação evangelizadora, com as prioridades da Igreja do Rio Grande do Sul e com as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, procurando responder aos desafios e às necessidades da juventude.

A Igreja sempre olhou com carinho especial para as realidades juvenis. Em 2007, na sua 45ª Assembleia Geral, os Bispos do Brasil aprovaram o Documento 85 “evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais”, apresentando uma proposta de evangelização para as juventudes do Brasil. “A evangelização da juventude interessa muito à Igreja e aos seus pastores. Temos um

compromisso sério com a formação das novas gerações que, pressionadas por tantas propostas de vida, necessitam de muito discernimento, de coragem, de verdadeiros caminhos e, principalmente, de nossa presença amiga” (CNBB 85 – 5).

Fundamentalmente, a Pastoral da Juventude desenvolve o trabalho de acompanhamento e de formação aos jovens com base na Formação Integral e no método ver-julgar-agir-rever e celebrar. O processo de formação acontece em nível de grupos, nas comunidades e nas escolas, em nível paroquial e em nível diocesano.

O mundo pós-moderno trouxe consigo muitas transformações e as novas gerações são as mais atingidas. Os jovens de hoje e, mesmo a Igreja, são influenciados por essas mudanças e, ignorá-las é dificultar o processo de evangelização da juventude. Por isso, “conhecer os jovens é condição prévia para evangelizá-los. Não se pode amar nem evangelizar a quem não se conhece” (CNBB 85 – 10).

Além disso, há na Diocese um trabalho com jovens através do Movimento de Cursilho de Cristandade e da Juventude Franciscana.

A Diocese de Erechim conta com o trabalho de um jovem liberado para desenvolver o trabalho de articulação da juventude na Diocese, além de uma equipe executiva da Meta, de Assessores e da Coordenação Diocesana de Jovens.

Desafios e indicações práticas

- a. Garantir a organização da Pastoral da Juventude como forma de articulação do trabalho nas diversas realidades juvenis.
- b. Estudar e divulgar o documento 85 - *Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais*.
- c. Fortalecer e acompanhar os grupos de base e as coordenações paroquiais de jovens.
- d. Continuar com a articulação em nível diocesana, regional e nacional.
- e. Formação para assessores da juventude, assumido por todas as paróquias da Diocese;
- f. Proporcionar um processo de formação continuada nos diversos níveis
- g. Valorizar e respeitar os diferentes grupos em que os jovens estão inseridos;
- h. Resgatar a mística e a espiritualidade, oferecendo espaço de cultivo para o encontro pessoal dos jovens com Jesus Cristo.
- i. Investir maiores recursos humanos e financeiros para as estruturas de formação e de acompanhamento aos jovens;
- j. Garantir o acompanhamento e a assessoria aos projetos da juventude.
- k. Que a Pastoral da Juventude se abra a outras experiências de agrupamentos juvenis.
- l. Garantir a presença nas escolas, num trabalho de conjunto com outros setores (pastoral vocacional, pastoral familiar, educação, catequese, animação missionária e outras).
- m. Engajamento e articulação junto aos movimentos sociais nas lutas específicas da juventude, garantindo o seu protagonismo e compromisso social.
- n. Uso dos meios de comunicação social para evangelização e divulgação das ações desenvolvidas.
- o. Articulação da Pastoral da Juventude com os movimentos juvenis presentes e atuantes na Diocese (Cursilho de Jovens e Juventude Franciscana).
- p. Garantir a liberação de um jovem para o acompanhamento dos trabalhos, bem como, de um assessor referencial para a juventude.

- q. Garantir espaço aos jovens nas comunidades a fim de que exercitem a liderança.
- r. Garantir a presença, o apoio e o compromisso dos padres na evangelização da juventude.
- s. Proporcionar o acompanhamento aos adolescentes e aos jovens depois da crisma, com metodologia adequada para esta fase.

1.8. Comunicação

A comunicação é um fenômeno essencialmente humano. Ela pode ocorrer de diversas formas, como por meio de gestos ou de símbolos, etc. Por sua vez, o maior instrumento da comunicação humana é a *palavra*, que pode ser falada ou escrita. Por meio da palavra, o ser humano pode expressar suas idéias, seus projetos, suas necessidades, suas alegrias e suas esperanças. Por meio da palavra, ele pode comunicar vida ou morte.

A comunicação é uma das características essenciais do mundo pós-moderno. Vivemos na “cultura da comunicação”. Nunca, na história da humanidade, foi dada tanta importância à comunicação como em nossa época. Com o avanço tecnológico e com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação social, as pessoas têm condições de se comunicar cada vez mais rapidamente e com melhores informações.

A comunicação popular se dá no nível do diálogo e do respeito à diferença. Tem por objetivo a transformação das relações injustas e opressoras e democratização da sociedade em vista da vivência da justiça e da fraternidade. É simples e, geralmente, limitada. A comunicação de massa é feita por empresas de comunicação que, normalmente, apresentam as informações de acordo com os interesses da sociedade hegemônica. Geralmente, as pessoas não têm possibilidade de reagir diante do que é apresentado. Por outro lado, esta comunicação pode também motivar ações solidárias ou mesmo denunciar problemas sociais.

Como Igreja, entendemos que todos têm o direito de serem sujeitos de seus próprios processos de comunicação. O direito universal à comunicação exclui qualquer tipo ou forma de manipulação. A educação para a comunicação deve fazer acontecer o diálogo e a solidariedade.

Evangelização é comunicação da proposta de vida trazida por Jesus Cristo. “Em nosso século tão influenciado pelos meios de comunicação social, o primeiro anúncio, a catequese ou o posterior aprofundamento da fé não podem prescindir desses meios. Colocados a serviço do Evangelho, eles oferecem a possibilidade de difundir – quase sem limites – o campo de audiência da Palavra de Deus, fazendo chegar a Boa Nova a milhões de pessoas [...]. Neles (a Igreja) encontra uma versão moderna e eficaz do ‘púlpito’. Graças a eles, pode falar às multidões” (DAp 485).

Desafios e indicações práticas

- a. Organizar a Pastoral da Comunicação;
- b. Envolver a Diocese no mutirão de comunicação da América e do Caribe e, posteriormente, continuar suas reflexões e indicativos;
- c. Comunicar o evangelho, pela ação evangelizadora, ajudando na construção da cultura da solidariedade;
- d. Preparar pessoas para utilizar, com qualidade, os meios de comunicação de que dispomos: a televisão, as rádios, os jornais, a internet e outros;
- e. Formação de colaboradores: não centralizar na pessoa do padre; contar com outras pessoas que possam contribuir neste processo de comunicação;
- f. Garantir uma boa preparação das homilias, programas de rádio, jornais e periódicos;

- g. Que as igrejas e outros espaços celebrativos e de estudos sejam bem sonorizados, garantindo uma comunicação de qualidade;
- h. Melhorar a comunicação visual, a divulgação das atividades pastorais e outras ações desenvolvidas pela Igreja;
- i. Garantir que os programas nas rádios sejam feitos em horários que o povo escute, aproveitando os espaços oferecidos;
- j. Manter o assessor de comunicação e o responsável pela comunicação na Diocese a fim de que notícias e artigos sejam enviados para serem publicados;
- k. Continuar investindo no site da Diocese e das paróquias para divulgação e evangelização;
- l. Garantir que as rádios da Diocese – Virtual e Aratiba – sejam espaços de evangelização e de comunicação dos valores do evangelho;
- m. Oportunizar um processo de formação permanente aos comunicadores católicos, bem como, às lideranças comunitárias;
- n. Que haja uma preocupação constante com a comunicação na liturgia.

2. PROJETOS

Na atual estrutura do Plano Diocesano da Ação Evangelizadora em nossa Diocese, os setores pastorais e os movimentos eclesiais estão organizados e articulados a partir das 08 metas estabelecidas pela assembleia diocesana.

Mas, diante dos novos desafios da nossa realidade, fez-se também a opção pela definição de 04 projetos a serem assumidos em toda a Diocese, como forma de responder aos desafios apontados pelas assembleias paroquiais durante o processo de preparação

2.1. Formação

A sociedade atual, pluralista e secularizada, de grandes e rápidas transformações, exige uma profunda qualificação das pessoas em todas as áreas do conhecimento. Vivemos no mundo das especializações. Em termos políticos e, mesmo, religiosos, muitas pessoas não seguem mais a tradição de seus pais ou dos antepassados. Fazem suas opções políticas ou religiosas a partir de convicções que vão construindo através da formação adquirida. É preciso “dar as razões de nossa esperança” (1Pd 3,15). O Documento de Aparecida explicita a necessidade de uma “identidade católica mais pessoal e fundamentada” (297).

As atuais *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* dizem que “a evangelização exige muita atenção à situação em que vivemos, bem como, sincera abertura de espírito e solidariedade diante das aspirações, das angústias e das interrogações da nossa época” (DGAE 55). Uma evangelização insuficiente “dá origem a uma multidão de batizados e de crismados não praticantes, que se encontram afastados de uma vivência cristã e eclesial e que necessitam de uma adequada pastoral evangelizadora por parte da Igreja” (id.).

Isto aponta para a formação de suas lideranças, nos mais diversos níveis e do povo em geral como a imprescindível tarefa da Igreja no mundo atual. Não é mais suficiente a boa vontade das pessoas. Uma Igreja viva será fruto de uma qualificada formação permanente das lideranças e das pessoas em geral. A formação é a alma da vida da Igreja. O futuro da Igreja depende do tipo de formação que é trabalhada hoje. Jesus, em seu ministério, por um lado, atendia as pessoas em suas mais diversas necessidades; mas, por outro lado, estava todos os dias junto com os Doze, num processo formativo continuado, em vista da missão que os mesmos teriam pela frente.

A formação é uma tarefa primordial da Igreja hoje. Ela é parte do processo de evangelização. Ela acontece no contexto em que vivemos e a partir dele. São muitas as realidades em nossa Diocese: o meio rural, constituído basicamente de pequenos agricultores; as pequenas cidades; as periferias e os centros maiores, com o operariado; as áreas indígenas. Cada realidade se apresenta com necessidades próprias. Em meio às distintas situações, há a necessidade de formação específica e continuada em vista da vida digna de todas as pessoas. Por fim, é bom registrar que o apelo por formação foi uma das maiores solicitações das assembleias paroquiais.

Desafios e indicações práticas

- a. Manter a Escola Diocesana de Servidores de Comunidades, descentralizada nas Áreas Pastorais;
- b. Continuar com a Escola Catequética, descentralizada nas Áreas Pastorais;
- c. Manter o curso de Extensão em Metodologia do Ensino Religioso;
- d. Retomar a Escola Cristã de Formação Política;
- e. Criar um Curso de Teologia para leigos em Erechim, ligado ao Instituto de Teologia e Pastoral (ITEPA);
- f. Motivar agentes da Diocese para o Curso de Teologia de Férias no ITEPA;

- g. Continuar com a Escola da Juventude, garantindo que seja assumida pela Diocese;
- h. Proporcionar formação musical e instrumental para animadores nas comunidades;
- i. Oportunizar formação bíblica e litúrgica nas paróquias para todas as lideranças e para o povo em geral;
- j. Que cada paróquia, cada setor e cada movimento eclesial oportunize o processo de formação nos diversos níveis, para seus agentes;
- k. Garantir a continuidade da formação de novos Diáconos Permanentes.

2.2. Pastoral do Dízimo

A prática do dízimo é uma experiência de Deus que a família realiza como reconhecimento de que tudo o que temos e somos vem de Deus. Para isso, supõe a fé e a adesão à sua Igreja.

O dízimo é fundamentado na Bíblia. No AT, é constatada na tradição de Israel desde as suas origens (Cf Gn 4,3-5; Mal 3,10). É uma oferta dada todos os anos, para a vida dos pobres e para manutenção do templo. No Novo Testamento, Jesus vincula o dízimo à prática da justiça e do amor fraterno (Cf. Mc 12,41-44; Mt 10,42; Lc 6,38). “Jesus não aboliu o dízimo e as ofertas, mas ensinou o verdadeiro espírito e a maneira certa de praticá-los. Ele ensinou a fazer as ofertas de coração limpo e dar o dízimo de boa vontade” (*Dízimo: dom para Deus, compromisso com a comunidade*, p.7).

São Paulo diz: “cada um dê conforme tiver decidido em seu coração, sem pesar nem constrangimento, pois Deus ama quem dá com alegria” (2Cor 9,7); “Façam o bem, enriqueçam-se de boas obras, sejam prontos a distribuir, capazes de partilhar. Desse modo, estão acumulando para si mesmos um belo tesouro para o futuro, a fim de obterem a verdadeira vida” (1Tm 6,18-19).

A ação evangelizadora da Igreja necessita de recursos financeiros para concretizar seus projetos em vista do anúncio do Reino de Deus e do cuidado com a vida. Em 1974, em sua 16ª Assembleia Geral, os bispos do Brasil, preocupados com esta questão, fizeram a opção pela Pastoral do Dízimo e deram duas orientações básicas: 1ª) o dízimo, como partilha, deve substituir gradativamente o sistema de taxas e de mercantilização do sagrado; 2ª) para que funcione, requer-se um intenso trabalho de conscientização do povo e dos agentes de pastoral e progressiva organização em nível paroquial e diocesano.

A Pastoral do Dízimo visa educar o cristão para a partilha com a comunidade. Ele deve ser assumido pelo bispo diocesano, pelos padres, pelas lideranças e pelos fiéis das comunidades como compromisso de vida e como expressão da própria fé. É uma contribuição sistemática e permanente, mensal, semestral ou anual. Na verdade, o dízimo é a parte de Deus a partir da comunidade.

Em 1983, Dom João Hoffmann, quando escreveu aos diocesanos, orientando-os sobre a Pastoral do Dízimo, dizia: assim como não se pode ser cristão sem oração, sem o cultivo da Palavra de Deus, sem a amizade sincera, sem o perdão, sem o serviço fraterno, sem a prática da justiça, também não se pode ser cristão sem o dízimo. Ele não é uma taxa, nem uma esmola. É uma doação, uma retribuição a Deus e à comunidade por tudo o que recebemos. Deve ser voluntário, generoso e consciente. Portanto, a experiência de “dar” o dízimo à Igreja passa a ser um compromisso ordinário e não uma obrigação, um imposto ou taxa.

É importante clarear e divulgar aos dizimistas em que se aplica o resultado do dízimo. Tais recursos não devem ser utilizados apenas na manutenção do patrimônio das comunidades, mas é indispensável levar em conta as finalidades do dízimo. A grande obra e missão da Igreja é a evangelização. Para isso, precisa investir na formação dos seus agentes e garantir o trabalho dos grupos, das comunidades e dos setores pastorais em nível de comunidade, de paróquia e de Diocese. Além disso, o dízimo tem outras dimensões: a missionária, a religiosa e a social, garantindo a manutenção das comunidades, das paróquias e da Diocese, além do atendimento aos pobres.

Por isso, a Diocese de Erechim, a partir do plano diocesano anterior, assumiu a Pastoral do Dízimo como um projeto diocesano. Houve um grande empenho e investimento na grande maioria das paróquias quanto à Pastoral do Dízimo e já é possível perceber os resultados positivos, principalmente, no aspecto da conscientização das famílias em relação à pertença à sua Igreja.

É preciso continuar este trabalho de conscientização em torno da importância, da necessidade e da finalidade do dízimo. Todas as paróquias devem empenhar-se em assumir este compromisso, a fim de que todos os batizados – como discípulos missionários – descubram que “há mais alegria em dar do que em receber” (At 20,35).

Desafios e indicações práticas

- a. Continuar com o trabalho de conscientização e de motivação sobre o dízimo em todas as paróquias da Diocese, lembrando sempre a importância e a necessidade do dízimo para a Igreja;
- b. Garantir as equipes da Pastoral do Dízimo, oportunizando um processo de formação constante, a fim de que sejam motivadores nas comunidades e nas famílias;
- c. Que haja uma efetiva organização da pastoral do dízimo, organizando bem o recebimento, esclarecendo quanto à sua finalidade e quanto à sua destinação, mediante uma prestação de contas à comunidade sobre os investimentos dos recursos do dízimo;
- d. Que as paróquias e a Diocese levem em conta as diversas dimensões do dízimo (religiosa, missionária e social), garantindo sua destinação;
- e. Manter a unidade diocesana na Pastoral do Dízimo.

3.3. Solidariedade Missionária

A Igreja, comunidade santa convocada pela Palavra, tem como principal tarefa: anunciar o Evangelho de Jesus Cristo para todos os povos (LG 25). Evangelizar é necessariamente anunciar com alegria e sem fronteiras, o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino e o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus (EN 22). Toda evangelização parte do mandato de Cristo a seus apóstolos e a seus sucessores. *“Ide, portanto, e fazei que todos os povos se tornem discípulos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-os a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos”* (Mt 28,18-20).

Enquanto batizados em nome de Cristo, formando a comunidade-igreja, temos uma missão explícita a cumprir, fundada no senhorio universal de Jesus Cristo. A Igreja diocesana é chamada a viver o dinamismo de comunhão-missão; é chamada a gerar, com todas as suas forças, sob a ação do Espírito, uma nova evangelização que parte da sua realidade em direção ao mundo, num necessário movimento de abertura para o anúncio de Evangelho (RM 54).

Estamos no contexto dos acontecimentos da Conferência de Aparecida, dos Congressos Missionários Nacional e Latino-americano e do Projeto Missão Continental “O Brasil, na missão continental: a alegria de ser discípulo missionário”; vivemos um momento de fortalecimento do espírito missionário. Sendo assim, somos desafiados a olhar com mais atenção para a dimensão missionária da Igreja Católica e para sua atuação no Brasil, na América e no mundo.

Atendendo a este forte apelo da Igreja do Brasil e da América, a Diocese de Erechim está tendo a iniciativa de dar início ao seu Projeto Missionário, enviando um missionário para a Diocese de Roraima.

Com esse projeto “Solidariedade Missionária”, a Diocese de Erechim quer responder ao envio de Jesus Cristo, como comunidade-Igreja discípula missionária, em missão continental, levando o Evangelho da vida a todos os povos, particularmente, na Diocese de Roraima.

Desafios e indicações práticas

- a. Despertar uma consciência de fraternidade universal entre as Dioceses do Brasil e Latino-americanas, a fim de suprir as necessidades da missão evangelizadora;
- b. Assumir o projeto *Solidariedade missionária* como missão permanente da Diocese;
- c. Envio do Pe. Marcos Oliveira Pereira à Diocese de Roraima em 2009;
- d. Proporcionar uma caminhada de abertura missionária na Diocese de Erechim, contribuindo assim na missão *ad gentes*;
- e. Despertar – na igreja diocesana – vocações sacerdotais, religiosas e leigas com espiritualidade e disponibilidade missionária;
- f. Ser – junto ao lugar de missão – uma presença solidária, através do serviço, do diálogo, do anúncio e do testemunho do Evangelho; assumindo a realidade local, em sintonia/cooperação com o clero e com o bispo diocesano;
- g. Introduzir a teologia e a espiritualidade missionária no processo formativo dos seminaristas, dos padres, dos religiosos e das religiosas, dos leigos e das leigas, despertando para uma maior sensibilidade missionária;
- h. Garantir visitas ao missionário, como forma de incentivo e de apoio e, também, para manter a ligação com a Diocese;
- i. Desenvolver atividades formativas complementares para divulgação e familiarização da dimensão missionária;
- j. Assumir e fortalecer a Infância e a Adolescência Missionária nas paróquias e o Conselho Missionário Diocesano (COMIDI);
- k. Garantir a continuidade do Projeto Missionário Diocesano através do revezamento dos agentes, dentro do prazo definido;
- l. Viabilizar formas de apoiar concretamente a missão, tais como: recursos humanos – enviando missionários; recursos espirituais – incentivando a oração pela missão; recursos econômicos – captando recursos financeiros; desenvolvendo atividades no Dia Mundial das Missões, em outubro/mês missionário, na coleta de Pentecostes e em outros;
- m. Que haja empenho de toda Diocese, das paróquias, dos padres e das lideranças na divulgação e na realização da coleta de Pentecostes e em outras campanhas, ajudando no sustento do projeto missionário;
- n. Manter-se ligado ao Regional Sul 3 da CNBB e em sintonia com seus projetos missionários.

4.4. Recanto Reviver: Centro de Recuperação

A Igreja, comunidade dos seguidores de Jesus Cristo, tem por missão o anúncio do Reino de Deus “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Em toda a sua ação, Jesus, o Bom Pastor, quis comunicar a sua vida e colocar-se a serviço da vida. Seu jeito de ser atraía as multidões e muitas pessoas com necessidades iam ao seu encontro. “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos, e para proclamar um ano da graça do Senhor” (Lc 4,18-19).

Jesus é o exemplo de quem acolhe, ouve, dialoga e valoriza, sem julgamentos e sem preconceitos. Toda a ação é movida pelo amor que leva à caridade. Assim, fiel ao seguimento a Jesus Cristo, a

Igreja, em sua ação evangelizadora, tem a missão de ir ao encontro dos pobres e excluídos da sociedade, cuidando da vida e devolvendo-lhes a dignidade.

O Documento de Aparecida nos lembra que “iluminados pelo Cristo, o sofrimento, a injustiça e a cruz nos desafiam a viver como Igreja Samaritana (Lc 10,25-37), recordando que a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã” (DAp 26).

Num mundo marcado pela cobiça e pelo desejo do ter e do consumir, que é a proposta do capitalismo, evidencia-se o crescimento da pobreza e da exclusão da grande maioria da população. “Os adolescentes e os jovens, dada a situação que se encontram na sociedade (...) estão entre os mais expostos aos efeitos da pobreza, vítimas de toda a sorte de alienações que afetam sua identidade pessoal e social. São fortemente influenciados por falsas ilusões de felicidade e pelo paraíso enganoso das drogas, do prazer, do álcool e de todas as formas de violência” (DGAE 122). Por isso, precisam ser acolhidos com amor pelas comunidades eclesiais, oferecendo-lhes espaço para uma verdadeira experiência religiosa e para a ação comunitária.

Dada a preocupante situação do mundo das drogas, especialmente entre adolescentes e jovens e frente à necessidade de se oferecer espaços de recuperação aos dependentes, há mais tempo, a Diocese de Erechim vinha pensando numa ação social que pudesse responder a essa necessidade, que é bem real e urgente em nossa região.

“É indispensável que se continue e mesmo se intensifique o trabalho de prevenção contra as drogas e combate à sua difusão. Criem-se e desenvolvam-se pastorais e instituições que lidem com tóxico-dependentes e seus familiares” (DGAE 153).

Por isso, sensível aos apelos da realidade e seguindo as orientações da igreja, a partir da 11ª Assembleia Diocesana da Ação Evangelizadora, a Diocese de Erechim assumiu o projeto *Reviver: Centro de Recuperação*, a fim de oferecer um espaço de recuperação aos dependentes de drogas.

Como já existia uma diretoria para o Recanto Reviver, seus membros já estão dando os devidos encaminhamentos ao projeto.

O Recanto Reviver tem seus estatutos próprios, por isso o desenvolvimento do projeto se dará a partir deles, levando-se em conta os aspectos e as exigências legais para o seu funcionamento, levando em conta o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Como é um projeto diocesano, todos deverão se envolver, no sentido de empenhar-se para a sua consolidação, bem como, para garantir seu funcionamento e sua sustentabilidade

Serão necessários, também, o esforço e o empenho das paróquias em organizar e em fortalecer a Pastoral da Sobriedade, formando grupos de autoajuda para acompanhar os familiares e, especialmente, os adolescentes em seu período de recuperação.

É importante que a Diocese garanta a presença de um padre que acompanhe este Projeto e articule convênios com os municípios da região.

PARTE IV

AVALIAÇÃO DO PLANO

O atual Plano Diocesano da Ação Evangelizadora terá duração de 3 anos, para manter-se em sintonia com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010.

Durante estes três anos de vigência do Plano Diocesano será necessário realizar um processo de avaliação dos indicativos propostos para cada Meta e Projeto definidos, procurando avançar na ação evangelizadora, de acordo com as novas realidades e desafios emergentes.

1. Avaliação: um processo permanente

A avaliação é um aspecto constitutivo da ação pastoral. “Avaliar é olhar a caminhada feita, procurando não perder a história construída e, acima de tudo, é olhar as perspectivas de futuro. É refletir sobre o processo em andamento e ver em que precisamos crescer. É sentir as conquistas que estão sendo feitas, valorizando o esforço individual e coletivo, para animar a caminhada. Avaliar é também mergulhar nos fracassos, nas omissões, nos erros para compreender o que gerou as derrotas. ‘A avaliação se constitui num momento necessário para o crescimento pessoal e comunitário’. No ato avaliativo aparecem os acertos e as falhas e reacende-se o desejo de retomar o processo, corrigir os erros, inovar, transcender” (Diocese de Erechim/RS, *Plano Pedagógico – A Formação Presbiteral* 12). O espírito que inspira e norteia a avaliação é a busca da verdade: “a verdade vos libertará” (Jo 8,32).

A avaliação era uma prática do Povo de Israel. Desde o início de sua história, decidia-se e avaliava-se a caminhada através de assembleias (cf. Js 24,1-24). A avaliação marcou também a relação de Jesus com os Doze (cf. Mc 6,30-31; Lc 9,10) e era uma prática na Igreja Primitiva (cf. At 15,6-35; 19,39-40).

2. O processo avaliativo na Diocese

A avaliação da ação evangelizadora precisa ser feita a partir da realidade e dos novos contextos que envolvem as comunidades, tendo presente alguns critérios. O processo avaliativo deverá levar em conta o Objetivo Diocesano, a realidade que nos interpela (Parte I), os princípios inspiradores da ação evangelizadora (Parte. II), a organização do Plano Diocesano (Parte III), as pistas de ação, os indicativos das Metas e dos Projetos (Parte IV) e o planejamento das atividades de cada Setor Pastoral e Movimento Eclesial. A participação de todos, tanto na avaliação quanto no replanejamento das atividades, é de fundamental importância a fim de que todos se sintam comprometidos com a ação evangelizadora na Diocese.

A avaliação deve acontecer em todos os níveis:

a. nas Comunidades: avaliação anual das atividades desenvolvidas, bem como, uma prestação de contas, com transparência;

b. nos Setores Pastorais e Movimentos Eclesiais em nível paroquial e diocesano: avaliação anual das atividades e prestação de contas;

c. nas Paróquias: avaliação anual, prestação de contas e planejamento das atividades a serem desenvolvidas, com Assembleia paroquial.

d. na Diocese: - no final de cada ano, no Conselho Diocesano de Pastoral, realizar um processo de avaliação diocesana e replanejamento do mesmo, abrangendo as atividades das paróquias, dos setores pastorais e dos movimentos eclesiais diocesanos, das metas e dos projetos. A forma de encaminhar a avaliação será a partir da Coordenação Diocesana de Pastoral. No terceiro ano de vigência do atual Plano Diocesano (em 2011), será encaminhado um processo de avaliação diocesana mais ampla em vista da 12ª Assembleia Diocesana da Ação Evangelizadora.

OBJETIVO GERAL

DAS DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO

EVANGELIZADORA DA IGREJA NO BRASIL

2008 – 2010

EVANGELIZAR

a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários,
à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres,
promovendo a dignidade da pessoa,
renovando a comunidade,
participando da construção de uma sociedade justa e solidária,
“para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10)

PRIORIDADES DO REGIONAL SUL 3

2008 - 2011

CONVERSÃO PASTORAL PARA A MISSÃO:

- CUIDADO COM A VIDA
- FORMAÇÃO
- JUVENTUDE